



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO : 00012.000203/2008-22
UNIDADE AUDITADA : Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam
CÓDIGO UG : 110197
CIDADE : Brasília
RELATÓRIO Nº : 06/2008

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 06/2008, e consoante o estabelecido na Seção I, Capítulo II da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames efetivados na gestão do Censipam, referente ao exercício de 2007.

I - ESCOPO DOS EXAMES

Os trabalhos de auditoria foram realizados, no período de 18/02/2008 a 07/03/2008, por meio de testes, análises e consolidações de informações efetuadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Não ocorreram restrições aos exames de auditoria realizados.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas no Anexo "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício, como do exame do processo de contas apresentado pela Unidade auditada, suportados por papéis de trabalho devidamente arquivados na Secretaria de Controle Interno/CC/PR.

F. 10
48
67

Verificamos no Processo de Contas Simplificado da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 e pelo Anexo VI da DN-TCU-85/2007, alterada pela DN-TCU-88/2007.

De acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, atualizada pela DN-TCU-88/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo "Demonstrativo das Constatações", transcrevemos as seguintes constatações e/ou informações:

1. Total dos recursos geridos, conforme disposto no art. 3º, § 2º da DN-TCU-85/2007:

Os recursos geridos pelo Censipam foram, em 2007 de R\$ 43.399.015,85, conforme os dados extraídos do SIAFI, a seguir:

BALANCO FINANCEIRO

__ SIAFI2007-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 09Fev2008 AS 02:32
UG/GESTAO: 110197/00001 - CENTRO GESTOR E OP. DO SIST. DE PROT. DA AMAZ
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA:
BALANCO - FINANCEIRO

INGRESSOS	EXERCICIO 2007
INGRESSOS	43.399.015,85
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	22.155.000,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	22.155.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	22.155.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	22.155.000,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	21.244.015,85
VALORES EM CIRCULACAO	4.025.949,09
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.025.949,09
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.841.836,68
RESTOS A PAGAR	10.841.836,68
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	9.889.807,78
CANCELADO	952.028,90
OUTRAS OBRIGACOES	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.376.230,08
INGRESSOS	2007
INCORPORACAO DE DIREITOS	6.374.712,79
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.374.712,79
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.517,29
EXERCICIOS ANTERIORES	1.063,69
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	453,60
DISPENDIOS	EXERCICIO 2007
DISPENDIOS	43.399.015,85
DESPESAS CORRENTES	16.571.143,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.490.724,44
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.000.000,00
OUTRAS DESPESAS	15.490.724,44
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	80.418,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	80.418,96
DESPESAS DE CAPITAL	1.926.780,78
INVESTIMENTOS	1.926.780,78
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	8.977.809,23
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	7.977.809,23
REPASSE CONCEDIDO	7.977.809,23
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.000.000,00
ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.000.000,00
DISPENDIOS	2007
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.000.000,00
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	15.923.282,44
VALORES EM CIRCULACAO	7.968.787,56
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	7.968.787,56
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.946.969,31
FORNECEDORES	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	5.945.905,62
OUTRAS OBRIGACOES	1.063,69
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	2.007.525,57
BAIXA DE DIREITOS	2.007.525,57
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.007.525,57

Do total de "Outras Despesas Correntes" (R\$ 16.490.724,44) constante do Balanço Financeiro, R\$ 1.000.000,00 destinaram-se às "Transferências a Estados e Municípios e R\$ 15.490.724,44 referem-se à "Outras Despesas" (Aplicações Diretas). Observa-se que 66,2% dessas "Outras Despesas", constante do Balanço Financeiro, ou seja, R\$ 10.258.713,67, foi utilizado com "Outros Serviços de Terceiros PJ" constituídos de despesas realizadas, dentre outras, com a "Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos" (30,8%), "Serviços de Energia Elétrica" (27%) e "Serviços de Telecomunicações" (25,1%).

Destaca-se, também, que 16,7% dessas "Aplicações Diretas", referem-se à Locação de Mão-de-obra (R\$ 2.595.488,62) que compreende, na sua maior parte, despesas com "Vigilância Ostensiva" (R\$ 1.729.844,37) e "Limpeza e Conservação" (R\$ 519.764,53).

A Despesa de Capital significa 10,4 % da despesa total, importando no montante de R\$ 1.926.780,78 e refere-se a Equipamentos e Material Permanente, destacando-se a aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados no valor de R\$ 1.552.114,19, ou seja 80%

2. Avaliação da regularidade da utilização de cartões de pagamento das despesas efetuadas pelo órgão ou entidade:

Verificamos na conta 1.9.2.4.1.02.09 do Balancete SIAFI que a Unidade utilizou recursos para Suprimento de Fundos no montante de R\$ 27.876,72. Desse valor, R\$ 23.410,56 refere-se aos pagamentos efetuados por meio da modalidade de Crédito (fatura) e o restante por meio de Saque no Cartão de Crédito Corporativo.

Os processos de suprimento de fundos foram formalizados com o objetivo de atender aquisições de materiais de consumo cujas compras não puderam ser efetivadas por meio de processo regular e para atender despesas nas "missões de campo" executadas pelas Equipes da Diretoria Técnica e Operacional/DITEC, que acontecem em áreas remotas da Amazônia Legal.

CONSTATAÇÃO

Falha na realização de despesas com suprimento de fundos

Da análise das despesas realizadas, por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, constatamos seguintes pontos:

Quadro 1

Processo	Descrição
00012.001303/2007-95	- Despesa realizada fora do período previsto da concessão do Suprimento de Fundos.
00012.001737/2007-78	- Despesa realizada sem a respectiva solicitação de compra.
00012.000268/2007-97	- o limite concedido no elemento de despesa 33.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica- foi ultrapassado no valor de R\$ 60,40. - Despesa realizada anterior à solicitação de compra.

Handwritten signatures and initials.

JUSTIFICATIVA

Objetivando justificar as impropriedades acima mencionadas, o agente suprido esclareceu que as despesas realizadas fora do período previsto da concessão do Suprimento de Fundos e sem a respectiva solicitação de compra, foram de caráter urgente, visando atender, dentre outras, a missão "Alto do Solimões III e Missão Tocantins/Sul do Pará-Fase/I e II".

ANÁLISE DA EQUIPE

Ressalte-se que o ordenador de despesas acatou as justificativas apresentadas pelo suprido, recomendando que fossem observadas as normas vigentes sobre as concessões de suprimento de fundos, por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal, de modo que as aquisições sejam, previamente, autorizadas, bem como não incorresse na extrapolação do limite de crédito autorizado no elemento de despesa 33.90.30 – Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

No que se refere aos saques efetuados por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, constam justificativas no sentido de que as aquisições ocorreram em estabelecimentos não integrantes da rede comercial Cartões de Crédito S.A. (BBCARTÕES), tendo sido autorizadas pelo Ordenador de Despesa.

Vale mencionar que as despesas com suprimento de fundos, foram objeto de recomendação contida no item 6.1 do Plano de Providências, relativo à auditoria de gestão do exercício de 2006, no sentido de que a Unidade justificasse os saques para pagamento de despesas enquadradas como suprimento de fundos, indicando os motivos da não utilização da rede afiliada do cartão de pagamento do Governo Federal, nos termos do parágrafo 2º do Decreto 5.355/2005.

Nesse aspecto, o Censipam expediu o Ofício-Circular nº 08, de 12/11/2007, divulgando as regras básicas para o uso do referido cartão, bem como as orientações quanto às despesas que legalmente não estão sujeitas ao processo normal de licitação.

RECOMENDAÇÃO

Observar o disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986 e as alterações do Decreto nº 6.370/2008.

3. Sinopse das falhas detectadas, indicando as medidas saneadoras adotadas:

3.1 Plano de Providências – Por meio do Memorando nº 20/Censipam, de 29/02/2008, foram encaminhadas à equipe de Auditoria, as respostas da SA nº 01/2008, apresentando as medidas tomadas diante do Recebimento do Plano de Providências, relativo às recomendações consignadas no Relatório de Avaliação da Gestão de 2006.

Da análise efetuada nas medidas adotadas pelo Censipam, verificamos que se encontram em processo de implementação as recomendações a seguir discriminadas:

Quadro 2 - Cumprimento do Plano de Providências

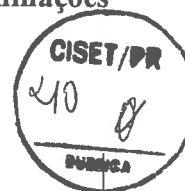
Nº do item	Descrição
1.1	Fazer gestões junto à CCSIVAM visando à operacionalização da Divisão de Monitoramento do Espectro Eletromagnético, no que se considera ação estratégica para a missão institucional do Censipam.
2.1	Fazer gestões junto à CCSIVAM para instalação dos equipamentos na nova área de localização do Sítio de Antenas.
3.1	Adotar medidas para otimizar o funcionamento dos Centros Estaduais de Usuários da área de abrangência do Centro Técnico e Operacional de Manaus/AM.
4.1	Adotar medidas para otimizar o funcionamento dos Centros Estaduais de Usuários da área de abrangência do Centro Técnico e Operacional de Belém/PA.
7.1	Fazer gestões junto à Secretaria de Administração no tocante ao inventário dos bens do Censipam, encaminhando a esta Secretaria o relatório da comissão de inventário
9.1	Informar sobre o controle patrimonial dos bens e equipamentos que compõem as instalações da atual sede do Censipam.
10.1	Adotar providências com vistas à implantação de adequado Sistema de Controle de bens e materiais no âmbito do Censipam.
14.1	Adotar medidas junto à CCSIVAM visando a destinação dos bens que se encontram obsoletos, sob a responsabilidade do CTO/Belém
16.1	Promover estudo com o objetivo de detectar as deficiências a serem sanadas, inclusive os custos de manutenção daí advindos, bem como priorizar a conservação e/ou adequação das VSATs com maior demanda e a realocação dos terminais com menor uso.
18.1	Informar os procedimentos adotados com vistas à revitalização da rede VSAT e a reavaliação dos endereços onde estão localizados os terminais
19.1	Providenciar a regularização do fluxo de dados emitidos pelos radares meteorológicos do Censipam.
20.1	Instituir comissão visando ao recebimento definitivo do prédio onde estão localizadas as instalações do Censipam, se ainda não o fez, e providências decorrentes como o Habite-se, Escritura Pública e outros meios necessários visando à regularização do imóvel e dos equipamentos instalados naquela sede.
34.1	Proceder à recarga de todos os extintores portáteis à base de H2O e de CO2 do Centro Técnico e Operacional de Manaus/AM.
35.1	Notificar à CETEST Minas Engenharia e Serviços S.A. para que apresente sua justificativa sobre a não prestação da recarga dos extintores, bem como proceder ao levantamento dos valores supostamente pagos indevidamente e, caso seja constatado pagamento indevido, adotar providência objetivando a glosa desses valores.
41.1	Regularizar a situação dos bens adquiridos com recursos do Convênio após a conclusão do pactuado, nos termos da Cláusula Décima Primeira - Dos Bens Remanescentes.
44.1	Fazer gestões junto ao Comando da Aeronáutica visando a implantação da HF/DF de Belém/PA, bem como a recuperação das estações de Porto Velho/RO e Boa Vista/RR.
45.1	Solicitar à Conveniente os devidos esclarecimentos e ajustes para a finalização do Sistema de Alerta de Desmatamento para a Amazônia Legal – SIAD, inclusive informações quanto a não disponibilização dos códigos fontes.
47.1	Proceder à destinação dos bens remanescentes, após o término do objeto pactuado, nos termos da Cláusula Décima Terceira do Convênio.

3.2. Sinopse das falhas detectadas

As falhas detectadas, indicando as justificativas do gestor, a seguir descritas estão detalhadas no Anexo deste Relatório - Demonstrativo das Constatações/Informações:

[Handwritten signatures and initials]

4. Avaliação do cumprimento, pelo órgão ou entidade, das determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de 2007:



Quadro 3 – Sinopse das falhas

Nº do item no Relatório	Falha
2	Falha na realização de despesas com suprimento de fundos.
Nº do item no Anexo	Falhas
8	Deficiência no registro e controle de movimentação de materiais.
9	Deficiência no controle de entrada e saída nos tanques de óleo diesel do CTO/BE não sendo possível inventariar o estoque.
10	Falta de registro da quantidade de combustível estocada no Inventário de Almoxarifado.
11	Necessidade de aperfeiçoamento de controle de utilização e manutenção de veículos.
12	Falhas no preenchimento das “Fichas de Uso de Veículo Oficial” e na guarda de veículo oficial.
16	Pagamento a maior de diária internacional.
17	Pagamento a maior de adicional de deslocamento.
22	Observe o limite estabelecido no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.
23	promova ampla pesquisa de preços quando da prorrogação de contrato de natureza continuada ou repactuação de valores contratados.
24	Prováveis pagamentos a maior da alíquota de FGTS nos contratos terceirizados.
25	Ausência de seis trabalhadores terceirizados, referente ao Contrato nº 06/2006.
26	Descumprimento de cláusula do Contrato nº 06/2006, referente à prestação dos serviços de limpeza e conservação do CTO-MN.
27	Acúmulo de contratos administrativos do CTO-BE sob a gestão de uma única servidora.
29	Adequar o Plano de Trabalho à nova situação do projeto
30	Falta de registro no SIAFI de Termo de Cooperação Técnica.
33	Baixo índice de execução operacional das VSAT's.
35	Não funcionamento a contento do Sistema de Monitoramento Aéreo.
36	Não realização da recarga dos extintores de incêndio do Centro Técnico e Operacional de Porto Velho, Belém e CCG/Brasília.
37	Espaços sem destinação nos CTOs de Porto Velho e Manaus

Em 16/03/2007, o Tribunal de Contas da União - TCU efetuou diligência por meio do Ofício nº 113/2007 - TCU/SECEX-6, com o intuito de sanear o processo nº 021.899/2006-8, relativo à auditoria cujo escopo foi de verificar a regularidade e a eficiência da gestão de equipamentos, bem como os aspectos operacionais do funcionamento do Censipam. Com o fito de atender as exigências da egrégia Corte de Contas, o Censipam adotou as seguintes providências:

➤ **Ofício nº 140, de 27/03/2007/Censipam** encaminhando as respostas aos itens “a” e “c” do Ofício nº 113/2007 - TCU/SECEX-6;

➤ **Ofício nº 161, de 09/04/2007/Censipam** encaminhando resposta aos itens “b” e ao “c” do Ofício nº 113/2007 – TCU/SECEX-6;



[Handwritten signatures and initials]

➤ **Memorando nº 001/2007/Dir/CAL/Censipam**, do Diretor do Centro de Apoio Logístico - CAL ao Diretor-Geral do Censipam para a elaboração de minuta para subsidiar resposta referente ao Ofício nº 113/2007 - TCU/SECEX-6, esclarecendo questões relativas ao Contrato nº 86/2003, bem como respostas às solicitações anteriores do TCU.

Por meio da consulta ao portal do TCU, em 21/03/2008, verificamos que o processo nº 021.899/2006-8 encontra-se em sobrestamento, desde o dia 13/03/2008, tendo o Censipam comunicado à egrégia Corte fato relevante e reservado por meio do Ofício nº 693/2007, de 13/12/2007.

Em 21/11/2007, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Ofício nº 1481/2007 – TCU/SECEX-6, em referência ao processo nº 028.145/2007-9, comunicou que havia sido determinada a oitiva do Censipam, para, se assim o desejasse, no prazo de 05 dias úteis, se manifestasse sobre os fatos apontados na representação formulada pela empresa CETEST Minas Engenharia e Serviços S/A. Em 03/01/2008, acerca do mesmo processo, foi encaminhado o Ofício nº 1/2008 – TCU/SECEX-6, de 03/01/2008, comunicando que fora determinado àquele Centro que, cautelarmente, se absteresse de promover a assinatura do contrato resultante do Pregão Eletrônico nº 24/2007, ou que, caso o tivesse feito, suspendesse a execução do contrato até o julgamento de mérito da questão suscitada.

Acerca desse assunto, o CENSIPAM apresentou cópia da Nota Informativa nº 01/2008-CLC, de 09/01/2008, referente ao processo nº 00014.000358/2007-68, em cujo teor o pregoeiro, João Lopes do Lago, prestou informações para subsidiar a resposta ao Ofício nº 1/2008-TCU/SECEX-6. Posicionando-se de acordo com a referida Nota, o Diretor de Administração e Finanças do Censipam informou em 09/01/2008, que, em cumprimento à determinação do egrégio Tribunal, a assinatura do contrato em tela encontrava-se suspensa até a decisão final do TCU.

Por meio da consulta ao portal do TCU, em 21/03/2008, verificamos que o processo nº 028.145/2007-9 ainda encontra-se em aberto na SECEX-6, desde 28/02/2008.

Em 18/12/2007, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Ofício nº 1581/2007 – TCU/SECEX-6, em referência ao processo nº 025.599/2007-8, encaminhou ao Censipam, para conhecimento e adoção das medidas previstas nos itens 3.1.1 e 3.1.2, cópia do Acórdão nº 3.500/2007 – 1ª Câmara, de 13/11/2007, informando ainda que o descumprimento à deliberação do Tribunal sujeita o responsável à multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/1992.

O referido acórdão determinou ao Censipam que:

➤ atente nos certames licitatórios com vistas à contratação de serviços, para que todos os itens relativos à comprovação da capacidade técnica dos licitantes estejam compatíveis com o objeto que se pretende contratar, apresentando, nos autos do processo, a devida motivação; e

➤ faça, sempre que a visita técnica for condição para participar de certame licitatório, coincidir o prazo final para sua realização com o prazo final para recebimento de propostas, em respeito ao art. 4º, inc. V, da Lei n. 10.520/2002.

Quanto à referida determinação do TCU, o Censipam não apresentou a essa Equipe de Auditoria nenhuma informação, ou cópia de documento, que comprove a iniciativa de tomada de providências para por em prática os procedimentos expressos no mencionado acórdão.

1. B
A
C

Em 03/01/2007, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Ofício nº 011/2007 – TCU/SECEX-AM, em referência ao processo TC 024.232/2006-0, solicitou que, no prazo de cinco dias, fosse encaminhada cópia do Termo de Referência que integrou o edital do Pregão Presencial nº 18/2005, quanto à representação acerca de possíveis irregularidades praticadas no referido pregão, constante do TC 024.232/2006-0. Então, atendendo à solicitação da SECEX-AM, por meio do Ofício nº 022/Censipam, de 17/01/2007, foi encaminhado o Termo de Referência do referido pregão, conforme solicitado pela egrégia Corte.

Dessa forma, foi proferido o Acórdão nº 1605/2007 - Segunda Câmara – TCU, de 26/6/2007, pelo qual se deu conhecimento da representação constante do referido processo para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e em seguida arquivaram os autos, sem prejuízo da determinação ao Censipam para que restringisse as exigências para habilitação de interessados em suas licitações aos documentos previstos nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de prever a apresentação de certidão negativa de débito salarial e de comprovação de regularidade fiscal, conforme se verificou no Pregão Presencial nº 18/2005. Quanto à referida determinação do TCU, o Censipam também não apresentou a essa Equipe de Auditoria nenhuma informação, ou cópia de documento, que comprovasse a iniciativa de tomada de providências para por em prática o procedimento taxativo do TCU.

5. Opinião do órgão de controle interno quanto à conformidade de conteúdos apresentados nas peças do processo de contas:

O conteúdo apresentado no processo de contas simplificado está em conformidade com a IN-TCU nº 47, de 27/10/2004, a DN-TCU nº 85, de 19/09/2007, alterada pela DN-TCU nº 88, de 28/11/2007 e com a Portaria-CGU nº 1.950, de 28/12/2007, que aprovou a NE-CGU nº 05, de 28/12/2007.

III - RECOMENDAÇÕES:

Diante do que foi apurado no curso dos trabalhos, apresentamos as seguintes recomendações para subsidiar a regularização das questões consignadas neste Relatório:

a) (Relativo ao item 2 do Relatório de Auditoria)

Observar o disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986 e as alterações do Decreto nº 6.370/2008.

b) (Relativo ao item 8 do “Demonstrativo de Constatações/Informações”, anexo a este Relatório)

Promover o saneamento do material levando em consideração os itens inativos, ou seja, aqueles que não são movimentados em um certo período estipulado pelo órgão, e comprovadamente desnecessários para utilização, conforme estabelece o item 7.1.2 da Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 08/04/1988.

c) (Relativo ao item 9 do “Demonstrativo de Constatações/Informações”, anexo a este Relatório)

Promover estudo quanto à viabilidade de abastecimento de veículos oficiais por meio de bomba instalada nos tanques de armazenamento de óleo diesel, ou por meio de abastecimento nos

postos contratados para este fim, observando os princípios do custo-benefício, economicidade, segurança das instalações e logística de transporte.

d) *(Relativo ao item 10 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Efetuar o levantamento mensal do estoque de combustíveis e providenciar os respectivos registros contábeis, conforme determina o de acordo Acórdão 38/1999 – TCU – Plenário, bem como proceder ao inventário físico, com vistas ao ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem de combustível (tanques), de acordo com item nº 8 da IN nº 205, de 08/04/1988.

e) *(Relativo ao item 11 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Observar os procedimentos preconizados na Instrução Normativa nº 1, de 21/06/2007, que dispõe sobre aquisição, reaproveitamento, cadastramento, custo operacional, cessão, alienação, classificação, utilização, características, identificação, definição do quantitativo e licenciamento de veículos oficiais.

f) *(Relativo ao item 12 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

- Proceder ao correto preenchimento da "Ficha de Uso de Veículo Oficial", com registro diário do horário da saída ou chegada dos veículos, hodômetro inicial/final e assinatura do solicitante, em observância à Norma X-105 da Secretaria de Administração da Casa Civil.

- Verificar se no ato da concessão de diárias no período de 21 a 22/12/2007, foi observado o disposto no § 1º do art. 16 da Instrução Normativa 01-MPOG/CLTI de 21/06/2007, procedendo aos devidos ajustes, se for o caso.

- Observar para a gestão 2008 o disposto no inciso VIII, artigo 8º do Decreto nº- 6.403, de 17/3/2008 que veda a guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade.

g) *(Relativo ao item 16 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Encaminhar a esta Ciset a comprovação da regularização do pagamento de diárias internacionais, que totalizaram o valor de US\$ 2.010,00, observando, doravante, o disposto na letra b do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 5.992/2006, quando do ato de concessão.

h) *(Relativo ao item 17 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Comprovar a realização de serviços nas localidades mencionadas de modo a justificar a concessão do adicional de deslocamento, bem como os pagamentos realizados a esse título, em consonância ao artigo 8º do Decreto nº 5.992/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.258/2007.

[Handwritten signatures and initials]

i) (Relativo ao item 22 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Observe o limite estabelecido no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.

j) (Relativo ao item 23 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Observar nas próximas repactuações o contido no subitem 4.3.6 do Acórdão nº 827/2008 – TCU – 2ª Câmara, no sentido de que promova ampla pesquisa de preços quando da prorrogação de contrato de natureza continuada ou repactuação de valores contratados para os referidos serviços.

k) (Relativo ao item 24 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Revisar e ajustar todos contratos de terceirização e convênios que contenham parcelas referentes ao FGTS, bem como de indenização por rescisão sem justa causa aos patamares do que preceitua a Lei Complementar nº 110/2001, em atendimento aos termos do Acórdão nº 353/2008-Plenário – TCU.

l) (Relativo ao item 25 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Proceder ao desconto no faturamento mensal do valor correspondente à quantidade de horas não atendidas, em atendimento à alínea "s" da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

m) (Relativo ao item 26 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Notificar a empresa, dando ciência das sanções cabíveis, para que observe o disposto na alínea "p" da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

n) (Relativo ao item 27 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Designar fiscais para os contratos administrativos, observando o princípio da segregação de funções.

o) (Relativo ao item 29 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Adequar o Plano de Trabalho à nova situação do projeto.

p) (Relativo ao item 30 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)

Proceder ao registro contábil, no sistema SIAFI, do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2007, firmado entre o Censipam e o Estado de Mato Grosso.



q) *(Relativo ao item 33 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

- Adotar providências com vistas a aumentar os índices de operacionalização da rede VSAT, de forma a cumprir as metas estabelecidas, atentando para as recomendações/conclusões do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 98, de 11 de setembro de 2007.

- Esclarecer as divergências referentes à quantidade de VSATs sob a responsabilidade do CTO/Belém, bem como a diferença no número de VSATs instaladas apuradas pela equipe de auditoria em relação ao contido no Anexo A - Diagnóstico Operacional, página 6, da Nota Técnica do Grupo de Trabalho.

r) *(Relativo ao item 35 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Envidar esforços com vistas à alocação de pessoal com qualificação específica para a atuação na aérea e à revitalização de sensores, radares e aeronaves de sensoriamento remoto.

s) *(Relativo ao item 36 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Promover em tempo hábil a recarga de extintores da Unidade.

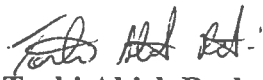
t) *(Relativo ao item 37 do "Demonstrativo de Constatações/Informações", anexo a este Relatório)*

Adotar medidas visando ao reaproveitamento do prédio do CAL, tendo em vista os custos advindos da manutenção predial, energia e segurança.


IV – CONCLUSÃO

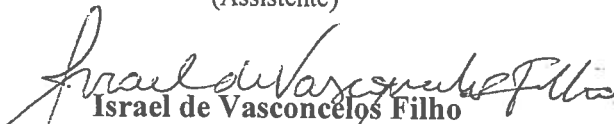
Uma vez abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente Relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo "Demonstrativo das Constatações/Informações", deste Relatório.

Brasília, 8 de maio de 2008.


Torbi Abich Rech
(Assessor Técnico)


Ana Cláudia da Silva Campolina
(Assistente)


Hilda Figueiredo Vieira Ribeiro
(Assessor Técnico)


Israel de Vasconcelos Filho
(Assessor Técnico)



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE AUDITORIA**

ANEXO – DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES/INFORMAÇÕES

TOMADA DE CONTAS ANUAL

TIPO DE AUDITORIA : Auditoria de Gestão
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO : 00012.000203/2008-22
UNIDADE AUDITADA : Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam
CÓDIGO UG : 110197
CIDADE : Brasília/DF
RELATÓRIO Nº : 06/2008

Apresentamos a seguir as descrições detalhadas das falhas constatadas e informações devidamente referenciadas no Relatório de Auditoria nº 06/2008:

1. INFORMAÇÃO:

Cabe destacar que os bens patrimoniais utilizados para o desenvolvimento das atividades do CENSIPAM são registrados e controlados pela Secretaria de Administração da Casa Civil Presidência da República, conforme dispõe o Decreto nº 4.200/2002, alterado pelo Decreto nº 5.283/2004.

Quanto ao inventário do exercício de 2007, verificamos constar na CI Nº 17/Censipam, de 22/02/2008, emitida pela Coordenação de Patrimônio do Censipam, a informação de que a Gerência de Patrimônio/PR não havia encaminhado, até aquela data, o inventário de bens móveis do exercício 2007 ao Censipam, pelo fato de o mesmo ainda não ter sido concluído.

Em resposta ao item 04 da SA nº 02/2008, a Unidade informou que não houve a ocorrência de baixas de bens móveis/equipamentos e respectivos processos de desfazimento (venda, dação em pagamento, permuta, obsolescência, perda ou extravio).

Cabe destacar que, com vista à implantação do sistema gerencial de controle de patrimônio, o Censipam celebrou com o Serpro o Contrato nº 13, de 24/10/2007, com vigência de 12 meses, e valor estimado de R\$ 335.500,00 cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação que viabilizem a hospedagem e manutenção do sistema de Administração e Patrimônio – ADPAT.

Assinaturas manuscritas no canto inferior direito da página.

2. INFORMAÇÃO

Por meio da conciliação dos saldos consignados no “Relatório de Movimentação de Bens Móveis-RMB”, confeccionado pela Coordenação de Patrimônio do CENSIPAM em 31/12/2007, com os saldos existentes em 31/12/2007, na conta bens móveis-142120000 do balancete contábil SIAFI2007 da UG/Gestão 110197/00001, verificamos haver compatibilidade entre os referidos saldos, que totalizaram a importância de R\$ 170.544.,73. Porém, cabe observar, conforme consta no RMB apresentado, que a conta 1.4.2.1.2.12.00 com saldo de R\$ 549,00 não é destinada aos registro de saldos para “Aparelhos e Equipamentos de Comunicação”, e sim para registrar a movimentação na conta “Aparelhos e Utensílios Domésticos”. Portanto, o fato de o RMB não ser gerado por um sistema informatizado de registro e controle de bens móveis que permita a geração de relatórios gerenciais, deixa vulnerável o controle da gestão patrimonial, propiciando inconsistências desta natureza. Alertado pela Equipe de Auditoria sobre a inconsistência acima apontada, o responsável pelo Setor de Patrimônio refez o mencionado RMB, retificando a falha apontada.

Diante do exposto, ressaltamos que a falta de um sistema baseado em tecnologia da informação inviabiliza a gestão patrimonial, em especial o gerenciamento de bens móveis e de materiais de consumo em estoque, acarretando dessa forma inconsistências de informações gerenciais relativa a patrimônio e almoxarifado. Cabe ressaltar que o controle patrimonial foi objeto de questionamento na auditoria da gestão 2006, conforme consignado no item 9.1 do Plano de Providências passado.

3. INFORMAÇÃO

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 24/2008, de 19/03/2008, constatamos na planilha apresentada pelo Setor de Patrimônio da Unidade a existência de bens pendentes de tombamento, no montante de R\$ 1.093.545,61 e que ainda deverão ser submetidos ao procedimento de inventariança. Dessa forma, estes bens não estão identificados com os números sequenciais de registro patrimonial e sem os respectivos termos de responsabilidade.

A esse respeito, a Unidade informou que está adotando providências com vistas à localização dos bens para finalização do processo de incorporação junto à Secretaria de Administração da Casa Civil/PR, cuja conclusão dos trabalhos está prevista para maio/2008. Verificamos que se encontra em processo de implementação a regularização dos bens.

4. INFORMAÇÃO

Quanto à responsabilização pela guarda, uso e controle dos bens patrimoniais, o CENSIPAM apresentou os Termos de Responsabilidades do CCG Brasília e dos CTO's Porto Velho, Manaus e Belém, os quais verificamos que se encontram formalizados de acordo com o modelo do anexo VIII da Norma Administrativa no 018/98 da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República e assinados pelos agentes responsáveis, pelos agentes controladores e agentes controladores-substitutos.

5. INFORMAÇÃO:

Em relação ao inventário físico anual de materiais de consumo do Almoxarifado do CENSIPAM, verificamos que o Diretor-Geral baixou a Portaria nº 145, de 13/12/2007, constituindo a Comissão de Inventário para procederem ao referido inventário físico de materiais de consumo, estocados no Almoxarifado do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam em Brasília.

De acordo com o Relatório Final da Comissão de Inventário Físico Anual de Materiais, os trabalhos iniciaram em 26/12/2007 e terminaram em 28/12/2007, onde consta que não foram encontradas divergências entre os quantitativos em estoque e os apresentados no Relatório de material existente no depósito, exceto quanto a dois itens de materiais de expedientes: grampeador metal mesa-30 folhas (diferença de 10 unidades) e etiqueta adesiva para CD/DVD 116 mm (diferença de 52 unidades). Consta ainda que os responsáveis pelo almoxarifado entraram em contato com o fornecedor do material e foi providenciada a reposição da quantidade faltante, porém com especificação divergente quanto ao grampeador (20 folhas).

6. INFORMAÇÃO

Centro Técnico Operacional de Porto Velho – CTO/PV – Na verificação “in loco”, em 22/02/2008, no Almoxarifado de materiais do CTO/PV, constatamos que não há sistema informatizado de registro e controle de movimentação de materiais. O controle é realizado por tabelas confeccionadas no excel, sendo uma para o material de expediente contendo 115 itens de material e outra para o material de suprimento de informática contendo 53 itens. Da contagem física de forma aleatória em seis tipos diferentes de cartucho de tinta para impressora HP e 1 tipo para impressora c4821, verificamos não haver divergência entre as quantidades físicas e as quantidades registradas nas referidas tabelas de materiais.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 04/2008, de 22/02/2008, foram solicitadas informações quanto às providências adotadas para o controle dos bens móveis e de materiais do CTO/PV, devido à ausência de inventários gerenciais de bens móveis e de almoxarifado, gerados por sistemas baseados em tecnologia da informação. Em resposta a Gerência do referido CTO se pronunciou da seguinte forma:

“Os bens móveis e todo o material sob a circunscrição do CTO/PV têm seu consumo controlado via procedimento internos adotados por este Centro e anualmente a Casa Civil/PR envia cópia dos Termos de Responsabilidade para conferência e assinatura pelos agentes responsáveis. Ressaltamos, contudo, que o setor de Almoxarifado e Patrimônio encontra-se em processo de reestruturação desde outubro de 2007, contemplando a implantação de um sistema informatizado, reforço da equipe e a capacitação de pessoal”

7. INFORMAÇÃO

Centro Técnico Operacional de Manaus – CTO/MN - Na verificação “in loco”, em 28/02/2008, no Almoxarifado de materiais do CTO/MN, observamos que o registro e controle dos itens estocados são realizados por meio do sistema informatizado, denominado “Módulo Suprimento SIPAM”, destinado aos itens utilizáveis (35.960); ferramentaria (180); reparáveis (419); recebimento e expedição (417) e inflamável (6.731), cujo levantamento do estoque foi efetuado no período de 08/11/2007 a 14/11/2007, por meio de Comissão constituída pela CI nº 69/207/GER/CTO/MN, de 05/11/2007.

Handwritten signatures and initials.

49

De acordo com o Relatório, de 19/12/2007, a referida comissão identificou situações tais como: 1.027 cartuchos para impressoras com o prazo de validade vencido e sem condições de uso; 5.098 filtros de ar-condicionado estocados em área não climatizada; materiais permanentes como monitor, CPU, câmara de vigilância, impressoras, dentre outros que se encontram com defeito, necessitando de avaliação técnica, quanto a viabilidade de conserto desses equipamentos, levando-se em consideração o do custo-benefício para a administração pública. A referida comissão concluiu ser de extrema importância a implantação do novo fluxo de materiais, como também a implantação de controles.

8. CONSTATAÇÃO

Deficiência no registro e controle de movimentação de materiais

Centro Técnico Operacional de Belém – CTO/BE - Na verificação “in loco”, em 04/03/2008, no Almoxarifado de materiais do CTO/BE, constatamos, também, que não há sistema gerencial informatizado de registro e controle de movimentação de materiais. O controle é realizado por tabelas confeccionadas em excel, sendo uma para o material de expediente contendo 146 itens de material e outra tabela para os materiais sobressalentes contendo 1.100 itens. Da contagem física de forma aleatória em seis itens do estoque de sobressalentes, verificamos não haver divergência entre as quantidades físicas e as quantidades registradas na referida tabela de materiais. Já quanto ao material de expediente, dos seis itens escolhidos para contagem física in loco, três apresentaram pequena diferença entre as quantidades registrada na planilha excel e as quantidades apurada in loco, tais com o cola bastão; corretor líquido, DVD-R e régua plástica milimetrada. Portanto a falta de um sistema gerencial, baseado em tecnologia da informação, para registrar e controlar os materiais de forma a gerar relatórios gerenciais, deixa vulnerável a gestão dos materiais estocados nos almoxarifados, bem como o devido controle dos mesmos. Também foi verificada, “in loco”, a existência de material de expediente inservível, como por exemplo cola bastão, que já se encontrava imprópria para o uso.

Quanto aos bens móveis do CTO/BE, também não há sistema informatizado, baseado em tecnologia da informação, destinado ao controle patrimonial. Para exame realizado “in loco” foi selecionada, aleatoriamente, a Divisão de Meteorologia (sala 113) do referido Centro, na qual verificamos a existência de 18 bens patrimoniais constantes da “Relação do Material” da sala 113, verificando também a compatibilidade entre os números patrimoniais da relação com os números constantes nas respectivas plaquetas de tombamento.

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 15/2008, de 05/03/08, foram requisitadas informações quanto às providências adotadas para o controle dos bens móveis e de materiais, sob a circunscrição do CTO/BE, em virtude da ausência de inventários de bens móveis e de almoxarifado (estoque de materiais).

JUSTIFICATIVA

Em resposta ao item 11 da SA nº 15/2008, o CTO/BE prestou a seguinte informação:

“A direção do CCG está providenciando a implantação de um Sistema de controle de bens materiais e patrimoniais do SERPRO para atender todo o CENSIPAM. Atualmente o CTO BE controla esses bens e registra o inventário utilizando Planilha Excel (ANEXO 6)”

[Handwritten signatures and initials]

ANÁLISE DA EQUIPE

Cabe ressaltar que com vistas à otimização física dos materiais armazenados, o estoque deve passar por constantes revisões, identificando desta forma os itens inativos que se encontram sem rotação de acordo com um período pré-estabelecido pela gestão de estoque.

RECOMENDAÇÃO

Promover o saneamento do material levando em consideração os itens inativos, ou seja, aqueles que não são movimentados em um certo período estipulado pelo órgão, e comprovadamente desnecessários para utilização, conforme estabelece o item 7.1.2. da Instrução Normativa SEDAP n.º 205, de 08/04/1988.

9. CONSTATAÇÃO

Deficiência no controle de entrada e saída do combustível nos tanques de óleo diesel do CTO/BE não sendo possível inventariar o estoque

Constatamos que a retirada de óleo diesel para abastecimento dos veículos oficiais do CTO/BE é realizada de forma manual, por meio de galões de 20 litros, não havendo nenhum controle de medição automatizada que permita indicar, de forma precisa, quantos litros foram efetivamente retirados dos 02 tanques de 20.000 litros cada, que servem para alimentar os grupos-geradores.

JUSTIFICATIVA

Em resposta ao item 04 da SA nº 15/2008, o CTO/BE prestou a seguinte informação:

"O Projeto Básico não previu um dispositivo de controle automático nos tanques de óleo diesel. Atualmente o controle de estoque é visual, feito pela régua de nível. No momento estamos implantando uma planilha de controle."

ANÁLISE DA EQUIPE

Em que pese a iniciativa do CTO/BE de estar implantando uma planilha de controle para registrar o consumo de combustível, conforme consta da resposta à SA nº 15/2008, o CTO-BE, juntamente com o CCG de Brasília deverão estudar a criação de mecanismo de controle mais eficiente de modo a permitir a aferição da correta quantidade de combustível existente em estoque no CTO-Belém.

RECOMENDAÇÃO

Promover estudo quanto à viabilidade de abastecimento de veículos oficiais por meio de bomba instalada nos tanques de armazenamento de óleo diesel, ou por meio de abastecimento das viaturas nos postos contratados para este fim, observando os princípios do custo-benefício, economicidade, segurança das instalações e logística de transporte.

[Handwritten signatures and initials]

Falta de registro de controle mensal da quantidade de combustível estocada no Inventário de Almojarifado

Constatamos não haver registro do saldo mensal de estoques de combustíveis, por meio de um sistema informatizado de gerenciamento de estoque. Por meio da SA nº 27/2008, solicitamos à Unidade que apresentasse as planilhas contendo o controle mensal de estoque físico de combustível, indicando o saldo anterior, a entrada, a saída e o saldo atual, informando o meio pelo qual é feita a medição do volume de combustível estocado nos CTO's, bem como no CCG Brasília.

JUSTIFICATIVA

Por meio do Memo nº 313/Censipam, de 02/04/2008, foram prestadas as seguintes informações:

"Com referência ao assunto em epígrafe, informe que:

a) No CCG Brasília abastecemos os veículos, na Presidência da República.

b) No CTO Manaus somente gasolina é o combustível consumido pelos veículos, adquirido através de contrato de fornecimento de empresa vencedora de licitação, fornecido através de requisição autorizada pela Coordenação administrativa do CTO, sendo prestado contas mensalmente a DIRAF.

c) No CTO Porto Velho e CTO Belém são adquiridos gasolina e óleo diesel (consumidos pelos veículos, adquirido através de contrato de fornecimento de empresa vencedora de licitação, fornecido através de requisição autorizada pela Coordenação administrativa do CTO sendo prestado contas mensalmente a DIRAF), e óleo diesel adquirido através de contrato de fornecimento anual de empresa vencedora de licitação para os geradores que possuem tanques de 20.000 lts, sendo a estimativa anual de consumo 33.000lts, é feito um pedido inicial, e na medida em que os geradores consomem o combustível é feito o novo pedido de abastecimento.


No sistema de materiais é efetuada a entrada do volume adquirido e a respectiva baixa do material, pois o mesmo fica armazenado no tanque que alimenta os geradores."

ANÁLISE DA EQUIPE

Em que pese as informações prestadas, a Unidade não apresentou as planilhas contendo o controle mensal de estoque físico de combustível, indicando o saldo anterior, a entrada, a saída e o saldo atual. Sendo assim, não é possível gerar a informação acerca do volume de combustível estocado ao final de cada mês (dado físico), utilizado no CCG de Brasília e CTO's de Porto Velho, Manaus e Belém. Ou seja, não é possível aferir o saldo mensal de estoques de combustíveis nos respectivos almojarifados, bem como o saldo do volume consolidado de combustível do CCG e dos CTO's, com vistas a elaborar o inventário físico anual.

RECOMENDAÇÃO

Efetuar o levantamento mensal do estoque de combustíveis e providenciar os respectivos registros contábeis, conforme determina o Acórdão 38/1999 – TCU – Plenário, bem como proceder ao inventário físico, com vistas ao ajuste dos dados escriturais de saldos e movimentações dos estoques com o saldo físico real nas instalações de armazenagem do combustível (tanques), de acordo com o item nº 8 da IN nº 205, de 08/04/1988.



11. CONSTATAÇÃO

Necessidade de aperfeiçoamento de controle de utilização e manutenção de veículos.

Após análise das cópias do “Relatório Mensal de Consumo”, utilizados para demonstrar a quantidade de combustível e a média de consumo, verificamos que os controles adotados necessitam de ser aperfeiçoados, de modo a demonstrar todos os custos operacionais por veículo, consignados em um “Mapa Anual de Controle de Veículo Oficial”, que além de identificar o veículo com os seus dados básicos e número patrimonial, demonstre as informações gerenciais tais como: a quilometragem rodada no mês; o consumo de combustível por litro, os quilômetros rodados por litro, os valores das despesas com combustível, manutenção, conservação e reparos realizados.

JUSTIFICATIVA

“Está em curso processo de reformatação da ficha de controle de utilização de viaturas visando à melhora do preenchimento da mesma, contendo instruções detalhadas para o devido cumprimento da observação.”

ANÁLISE DA EQUIPE

Em que pese a providência adotada, expressa no item 22.3 do Plano de Providência e acima transcrita, a Unidade deverá atentar à recomendação que segue:

RECOMENDAÇÃO

Observar os procedimentos preconizados na Instrução Normativa nº 1, de 21 de junho de 2007, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre aquisição, reaproveitamento, cadastramento, custo operacional, cessão, alienação, classificação, utilização, características, identificação, definição do quantitativo e licenciamento de veículos oficiais.

12. CONSTATAÇÃO

Falhas no preenchimento das “Fichas de Uso de Veículo Oficial” e na guarda de veículo oficial

Por meio de exame para avaliar a gestão de utilização dos meios de transportes, constatamos nas “Fichas de Uso de Veículo Oficial” a utilização dos veículos abaixo especificados da seguinte forma:

- dia 08/06/2007 – Blazer Placa JFP 8145 para destino a escritório de advocacia;
- de 04/06 a 14/06/2007 - Vectra Placa JFP 8175, sendo que o dia 07/06/2007 foi feriado, e os dias 09/06/2007 e 10/06/2007 referem-se a final de semana;
- de 14/06 a 22/06/2007 – Vectra Placa JFP 8175, sendo que os dias 16/06/2007 e 17/06/2007 referem-se a final de semana;
- de 22/06 a 27/06/2007 – Vectra Placa JFP 8175, sendo que os dias 23/06/2007 e 24/06/2007 referem-se a final de semana;
- de 20/12 a 26/12/2007 – Vectra Placa JFP 8175, sendo que os dias 22/12/2007 e

[Handwritten signatures and initials]

23/12/2007 referem-se a final de semana e o dia 25/12/2007 foi feriado.

Em atendimento ao item 4 da S.A nº 19 de 07/03/08, foi encaminhado o Memo nº 263/Censipam, de 13/03/08, contendo a resposta o seguinte teor:

“RESPOSTA: Com relação ao veículo Blazer placa JFP-8145 em missão no dia 08/06/2007 para destino ao escritório de advocacia. Temos a informar que o supra citado dia foi de expediente normal no órgão, inclusive com várias missões em diversos veículos. Especificamente a missão indicada no questionamento em tela foi relativo ao deslocamento do Diretor Técnico Operacional e do Coordenador Geral da Integração Institucional ao escritório para reunião de assunto de interesse do Censipam

Com relação ao veículo Vectra placa JFP-8175 em diversos períodos temos a informar que o veículo é de utilização exclusiva do Diretor Geral do Censipam, DAS 101.6, portanto veículo do grupo IV/G – Serviço de Transporte Pessoal, conforme a IN nº 01, de 21/06/2007. Quanto ao registro da utilização este é feito através de períodos semanais não sendo necessariamente utilizado em finais de semana e feriados. Vale ressaltar que quando utilizado nos finais de semanas foi no estrito cumprimento da legislação.”

ANÁLISE DA EQUIPE

Quanto à utilização de veículo oficial, o registro das informações na “Ficha de Uso de Veículo Oficial” deve ser efetuado diariamente e não semanalmente como informado pelo gestor, de modo que as informações ali consignadas traduzam fielmente os serviços executados, dando transparência ao uso dos veículos oficiais do Órgão.

RECOMENDAÇÃO

Proceder ao correto preenchimento da “Ficha de Uso de Veículo Oficial”, com registro diário do horário da saída ou chegada dos veículos, hodômetro inicial/final e assinatura do solicitante, em observância à Norma X-105 da Secretaria de Administração da Casa Civil.

A fim de melhor esclarecer o assunto em tela, foram solicitadas informações complementares por meio da SA nº 23/08, de 17/03/08, cuja resposta foi encaminhada pelo Memo nº 290/Censipam, de 25/03/08, com o seguinte teor:

ITEM 01:

“RESPOSTA: No dia 23 de maio de 2007, a empresa Imagem Geosistemas e Comércio Ltda., empresa fornecedora de imagens ao Censipam em processos de aquisição nos de 2003 e 2004, ajuizou ação por danos morais contra o servidor do Censipam, Wougran Soares Galvão (Processo n. 2007.34.00.016222-4, 16ª Vara a Seção Judiciária do Distrito Federal). O servidor Wougran, então assessor da Diretoria Técnica e Operacional do Censipam, elaborou, no ano de 2005, duas notas técnicas em que relatava irregularidades nos processos de aquisição de imagens e softwares, figurando a empresa Imagem como fornecedora. Tais notas técnicas ensejaram a abertura de sindicância e processos administrativos, atualmente em trâmite. Diante da notícia do ajuizamento da demanda, justamente por conta da atuação de um servidor do Censipam, a Diretoria-Geral acionou a Advocacia-Geral da União para a defesa do servidor. Em reunião inicial, os Advogados da União informaram que a decisão de defender o servidor ainda deveria ser tomada, necessitando-se requerimento fundamentado feito pela Diretoria-Geral do Censipam (o que foi feito), já que se tratava de servidor ocupante de cargo DAS 4 (assessor da DITEC) e sua defesa seria uma excepcionalidade. No intuito de se evitar o total desamparo ao servidor, já que não havia certeza quanto a sua defesa pela AGU, foi contatado o Doutor Antônio Torreão Braz Filho (SHIS QL 10, Conjunto 9, casa 3, tel.

[Handwritten signatures and initials]

3201-3990), advogados da Associação dos Servidores do IBAMA, uma vez que o servidor Wougran é originário do Instituto. A reunião com o Advogado citado foi realizada no dia 8 de junho de 2007 para que o servidor Wougran, assistido pelo Coordenador-Geral de Integração Institucional do Censipam, André Panizza, que tem formação jurídica, consultasse o causídico quanto à uma eventual defesa. A defesa do servidor Wougran tanto era de interesse do Censipam e da União que, algumas semanas após a consulta do com o Dr. Torreão, foi a Diretoria-Geral informada de que a AGU deferiu a defesa"

ANÁLISE DA EQUIPE

Da análise do documento apresentado, verificamos que o motivo que ensejou a utilização do veículo oficial foi o deslocamento de funcionários que tratavam de assunto de interesse do Censipam, portanto revestido de caráter oficial. Sendo assim, acatamos a justificativa apresentada.

ITEM 02

"RESPOSTA: o VEÍCULO Vectra Placa JFP 8175, de uso exclusivo de transporte de autoridades, foi utilizado no dia 22/12/2007, em virtude do desempenho do encargo inerente ao serviço público, conforme a Norma X-105 – UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE PESSOAL, DE SERVIDORES A SERVIÇO E DE MATERIAL-, Norma esta que regula a utilização de veículos oficiais da Presidência da República, que usamos por analogia. Na data citada (22 de dezembro 2007) SA 19/2008, ocorreu a utilização do veículo para o transporte de Autoridade Máxima do órgão que retornava de Porto Velho/RO cujo horário de saída daquela capital foi 01:45 e chegada às 6:30 horários locais, conforme documentos em anexo."

ANÁLISE DA EQUIPE

A resposta dada pelo gestor é que o veículo oficial Vectra Placa JFP 8175, de uso exclusivo de transporte de autoridades, foi utilizado no dia 22/12/2007(sábado), em virtude do desempenho do encargo inerente ao serviço público, tendo apresentado cópia do cartão de embarque e recibo do passageiro no trecho Porto Velho - Brasília, com partida 1h45 e chegada às 6h30. Contudo, a Unidade deverá verificar se no ato da concessão de diárias foi observado o disposto no § 1º do art. 16 da Instrução Normativa 01-MPOG/CLTI DE 21/06/2007 que determina:

§ 1º Quando o servidor não perceber a ajuda de transporte de que trata o art. 8º do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, será permitida a utilização de veículo oficial para deslocamento aos locais de embarque e desembarque, desde que devidamente autorizada pelo órgão setorial do SISG.

Sobre o deslocamento trabalho-residência com a utilização de veículo oficial, o TCU emitiu o Acórdão 1582/2007 – Plenário-TCU que determinou a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG:

Determinar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 251 do Regimento Interno, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a adequação do art. 16, § 2º, da Instrução Normativa nº 01-MPOG/SLTI, de 21 de junho de 2007, o qual admite a utilização de veículos oficiais classificados como "de serviço" no trajeto trabalho-residência, ao disposto no Decreto 99188/90, que veda tal procedimento.

[Handwritten signatures and initials]

RECOMENDAÇÃO

Assim, recomendamos que seja verificado se no ato da concessão de diárias no período de 21 a 22/12/2007, foi observado o disposto no § 1º do art. 16 da Instrução Normativa 01-MPOG/CLTI de 21/06/2007, procedendo aos devidos ajustes, se for o caso.

ITEM 03

“RESPOSTA A autoridade máxima do órgão, rotineiramente, sai do trabalho aproximadamente às 20:30 h, e eventualmente em horários mais tardios. Pelo adiantado da hora e pela falta de transporte próprio do órgão e pela carência e difícil acesso ao transporte coletivo para o motorista, era autorizado ao mesmo conduzir o veículo para garagem, em sua residência, uma vez que o citado motorista é Militar da Aeronáutica e, e reside em imóvel oficial da mesma.

Cabe ressaltar, que tradicionalmente os veículos eram utilizado desta forma, e que recentemente ao contratar serviços de motoristas terceirizados, tal prática não está sendo mais realizada ficando o veículo nas garagens do órgão.

Conforme a Norma X-105, de agosto de 2005, - UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE PESSOAL, DE SERVIDORES A SERVIÇO E DE MATERIAL, que regula a utilização de veículos oficiais da Presidência da República, a qual usamos por analogia, permite a guarda de veículo em garagem residencial, devidamente autorizada.”

ANÁLISE DA EQUIPE

Ao justificar o local onde ocorreu a guarda do veículo oficial, Vectra JFP 8175, foi informado na resposta que era autorizado ao motorista conduzir o veículo à garagem da sua residência. No entanto, não constou anexo à resposta encaminhada pelo Memo. nº 290/Censipam, de 25/03/08, a cópia da mencionada autorização, estando em desacordo com o disposto no item 8.3 da Norma X-105, no qual dispõe que é proibida a guarda de veículo oficial em garagem residencial, ressalvados os casos devidamente justificados autorizados pelo Diretor da DILOG/SA/CC/PR.

RECOMENDAÇÃO

Doravante, para a gestão 2008, observar o disposto no inciso VIII, artigo 8º do Decreto nº 6.403, de 17/3/2008, que veda a guarda dos veículos oficiais em garagem residencial, salvo quando houver autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade.

13. INFORMAÇÃO

A folha de pagamento de pessoal do Censipam é processada e paga pela Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, pela Diretoria de Gestão de Pessoas, em conformidade com o Decreto nº 4.200/2002, alterado pelo Decreto nº 5.283/2004.

Conforme demonstrativo apresentado pelo Censipam, a força de trabalho da Unidade, é composta por 299 servidores, assim distribuída:

QUADRO COMPARATIVO FORÇA DE TRABALHO 2005/2006		
Setor de Lotação	Efetivo 31/12/2006	Efetivo 31/12/2007
Brasília	104	107
CTO de Manaus/AM	79	75
CTO de Belém/PA	51	58
CTO de Porto Velho/RO	56	59
TOTAL	290	299

[Handwritten signatures and initials]

De acordo com as informações extraídas do SIAPE, a situação funcional do pessoal efetivo do Censipam está assim demonstrada:

SITUAÇÃO FUNCIONAL		
Código	Descrição	Quantitativo
03	Requisitados	54
04	Nomeado cargo comissão (sem vínculo)	38
14	Requisitado de outros órgãos	28
12	Contrato temporário	137
16	Requisitado militar	40
18	Exercício descentralizado carreira	2

O quadro abaixo demonstra o quantitativo de cargos e funções comissionadas disponíveis para o Censipam, de acordo com o Decreto nº 4.200/2002:

QUADRO DE CARGOS	
Natureza	Disponível
DAS 101.6	1
DAS 101.5	3
DAS 101.4	5
DAS 102.4	6
DAS 102.3	19
DAS 102.2	1
DAS 102.1	16

14. INFORMAÇÃO

O órgão informou, ainda, que por meio do Memorando nº 722/2007/DG, de 28/9/2007, foi encaminhado à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República proposta de alteração do Decreto nº 4.200/2002, no que diz respeito ao quadro de cargos e funções comissionadas, diante da necessidade de assunção, por parte do Censipam, das atividades de administração do patrimônio a ser transferido pela CCSivam.

15. INFORMAÇÃO:

Os dispêndios com diárias com pessoal civil e militar no exercício de 2007, totalizaram R\$ 540.196,50, conforme valores a seguir demonstrados:

Diárias no País (Pessoal Civil):	R\$ 415.279,16
Diárias no País (Pessoal Militar):	R\$ 113.248,54
Diárias a Colaboradores Eventuais no País:	R\$ 11.668,76

Desse total, analisamos processos de pagamento de diárias, que totalizaram R\$ 112.680,00, ou seja, 20,86% do total.

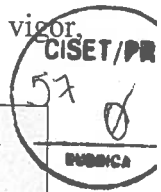
16. CONSTATAÇÃO:

Pagamento a maior de diária internacional

Os exames efetuados nos processos de concessão de diárias internacionais a seguir relacionados, evidenciaram o pagamento de 1 diária a maior no dia da partida do território nacional

[Handwritten signatures and initials]

em desacordo com a letra b do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 5.992/2006, então em vigor, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Processo / Beneficiário	Período da viagem (2007)	Total de Diárias pagas	Diárias pagas a maior/valor
Processo nº 00012.000722/2007-18			
1) Marcelo de Carvalho Lopes	5 a 7/6	3	1/US\$300,00
Processo nº 00012.000837/2007-02			
1) Solange dos Santos Costa	30/6 a 5/7	6	1/US\$250,00
Processo nº 00012.000856/2007-21			
1) Marcelo de Carvalho Lopes	30/6 a 5/7	6	1/US\$300,00
Processo nº 00012.001678/2007-55			
1) Jaci Maria Bilhalva Saraiva	3 a 9/12	7	1/US\$260,00
Processo nº 00012.000925/2007-04			
1) Edson José Paulino da Rocha	15 a 18/7	4	1/US\$190,00
Processo nº 00012.000372/2007-01			
1) Marcelo de Carvalho Lopes	1 a 5/4	5	1/US\$350,00
2) Roberto Ventura Santos	1 a 5/4	5	1/US\$330,00
TOTAL			7/US\$2.010,00

JUSTIFICATIVA

Em relação à questão, o Censipam esclareceu que serão refeitos os cálculos e cobrada a restituição dos servidores, das diárias pagas a maior.

RECOMENDAÇÃO

A unidade deverá encaminhar a esta Ciset a comprovação da regularização do pagamento das diárias internacionais que totalizaram o valor de US\$ 2.010,00, observando, doravante, o disposto na letra b do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 5.992/2006, quando do ato da concessão.

17. CONSTATAÇÃO

Pagamento a maior de adicional de deslocamento

Constatamos que foi realizada a concessão de mais de um adicional de deslocamento (R\$ 54,98) para o retorno à localidade de origem, nos processos de concessão de diárias relacionados a seguir:

Beneficiário	Valor pago a menor R\$
Processo nº 00012.001420/2007-59	
Liliane Eline dos Santos Araújo	54,98
Maurício Francisco Ferreira da Silva	54,98
Processo nº 00012.001389/2007-56	
Carlos Edir de Almeida Sobreira	54,98
Vamildo Pierre da Costa Junior	54,98
Processo nº 00012.000693/2007-86	
Carlos Edir de Almeida Sobreira	54,98
Arnaldo de Araújo Rocha	54,98



[Handwritten signatures and initials]



Processo nº 00012.00951/2007-24	
Carlos Edir de Almeida Sobreira	54,98
Sérgio Ziele dos Santos	54,98
Processo nº 00012.001441/2007-74	
Grinaurio Ferreira da Silva	54,98
Arilson Galdino da Silva	54,98
Augusto Rabelo Chaves	54,98
Carlos Simões Pereira	54,98
Total do valor a ressarcir	659,76

Por meio da S.A. nº 14/2008 solicitamos ao Órgão a justificativa para a concessão a mais do referido adicional de deslocamento.

Acerca disso, o Censipam informou que:

“Na elaboração das viagens, no sistema de diárias, foram inseridos os trechos conforme a solicitação de diárias e passagens, enviada pela área demandante, sendo assim, para cada local de destino, é devido um adicional, a não ser que a viagem seja realizada em veículo oficial, onde se exclui esse adicional.

Exemplo:

*Trecho: Manaus/Cuiabá – 01/12 – 1 adicional
Cuiabá/Juína – 02/12 -1 adicional
Juína/Cuiabá – 03/12 – 1 adicional
Cuiabá/Manaus – 03/12 – Não há adicional*

O questionamento, refere-se ao adicional pago no trecho Juína/Cuiabá, no dia 03/12 (retorno), segundo entendimento da equipe de auditoria, este adicional não seria devido, pois na cidade de Cuiabá já está previsto um adicional no dia 02/12 (ida), entretanto, houve pernoite na cidade de Cuiabá, no retorno, sendo devido o adicional, pois o servidor realizou o deslocamento do aeroporto, até o local do trabalho, ou até o hotel onde ficou hospedado, embarcando para a cidade de origem somente no outro dia, dessa forma entendo que não houve pagamento a mais do adicional de deslocamento.

ANÁLISE DA EQUIPE

Em que pese o entendimento da Unidade de que não houve pagamento a mais do adicional de deslocamento, vale esclarecer que o Decreto nº 6.257/2007 ampara a concessão do referido adicional por localidade de destino, mediante a comprovação de realização de serviços naquelas localidades. Ressalte-se que o pernoite, por si só, não pode ser considerado para motivar a concessão do adicional, ora analisado.

10/11/08
[Handwritten signatures]

RECOMENDAÇÃO

A Unidade deverá comprovar a realização de serviços nas localidades acima mencionadas de modo a justificar a concessão do adicional de deslocamento, bem como os pagamentos realizados a esse título em consonância ao artigo 8º do Decreto nº 5.992/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.258/2007.

18. INFORMAÇÃO:

No exercício de 2007, a despesa realizada a título de custeio do auxílio-moradia montou em R\$ 93.725,00. Da análise dos processos de pagamento do auxílio-moradia, referente aos servidores Marcelo de Carvalho Lopes, André Panizza, Rogério Guedes Soares, Pedro Ricardo Ávila Porto e Péricles Riograndense Cardim da Silva, verificamos que guardam conformidade com a legislação vigente.

19. INFORMAÇÃO:

A Unidade informou o andamento dos seguintes processos de sindicância no exercício sob exame. Subsistem as seguintes informações:

1) Processo nº 00012.000775/2007-21:

Assunto: Apurar supostas irregularidades na execução do contrato mantido pelo Censipam com a empresa CETEST.

Do exame da documentação, verifica-se que o Diretor-Geral do Censipam, ao acatar o relatório final da comissão, determinou, em 3/8/2007, as seguintes providências:

“a) envio de ofício desta Diretoria-Geral à Diretoria Administrativa e Financeira determinando, em caráter de urgência, a tomada de providências para a devida regularização das baterias de gás carbônico, seja com a realização de testes hidrostáticos, seja com a devida recarga das baterias, uma vez que tal obrigação não foi assumida pela CETEST no Contrato nº 049/2004;

b) envio de ofício à Diretoria Administrativa e Financeira determinando, também em caráter de urgência, a tomada de providências para a aquisição de equipamento de controle de ponto dos colaboradores das empresas contratadas para prestação de serviços, em atendimento à recomendação feita pe Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República – Ciset;

c) publicação de portaria constituindo comissão de sindicância para verificar a questão do carregamento do gás FM 200, uma vez que o Censipam contratou empresa para a realização do serviço e um dos cilindros em tese recarregado está vazio, podendo-se inclusive, concluir pela abertura de procedimento disciplinar em face de servidores eventualmente envolvidos na questão, bem como pela abertura de procedimento administrativo para apuração de eventual prejuízo causado à União;

d) tomada de providências da Diretoria Administrativa e Financeira do Censipam requerendo à CETEST o fornecimento do serviço de manutenção corretiva nos transformadores citados no item 6 do Relatório da Comissão, já que trata-se de obrigação contratual, em prazo razoável, sob pena de aplicação de multa e retenção cautelar de pagamentos;

e) envio de circular interna aos gerentes dos Centros Técnicos e Operacionais do Censipam em Manaus, Belém e Porto Velho determinando que somente haja participação de colaboradores das empresas prestadoras de serviço em projetos e programas especiais em horário não coincidente com o expediente definido em cada Centro, participação essa de caráter exclusivamente voluntário, com a devida consubstanciação da iniciativa em documento formal;

[Handwritten signatures and initials]

f) constituição de Comissão de Sindicância, por portaria da Diretoria-Geral, composto por representantes de cada CTO e do CCG que não tenham atuado como gestores do contrato, tendo como objeto o cumprimento das disposições contidas no instrumento de nº 049/2004, a ser, eventualmente, preparatório para procedimentos disciplinares ou em face da contratada;

g) tomada de providências pela Diretoria Administrativa e Financeira para que inste a CETEST a se manifestar acerca da apurada contratação irregular de engenheiro através de pessoa jurídica, em desacordo com o disposto no projeto básico, sob pena da aplicação de sanções previstas no instrumento; e

h) determinação à Diretoria Administrativa e Financeira do Censipam para que elabore, no prazo de dez dias, plano de capacitação dos gestores dos contratos do órgão, com cursos ou outras atividades a serem realizadas ainda no segundo semestre do ano de 2007.

Por meio da Portaria nº 13 de 30/1/2008, o Diretor-Geral do Órgão instituiu nova Comissão para a condução dos trabalhos nos autos do Processo Administrativo nº 00012.000775/2007-21, não havendo até o momento resultado conclusivo sobre o cumprimento das disposições contidas no instrumento de nº 049/2004 referente ao contrato com a empresa Cetest, conforme determinado pela Diretoria-Geral do Censipam.

2) Processo nº 00012.000785/2007-66:

Assunto: Apurar abandono de emprego público teoricamente cometido por servidor temporário do Censipam.

Verifica-se pela documentação constante dos autos, que o Diretor-Geral do Censipam, ao acatar o relatório final da comissão, encaminhou, em 11/1/2008, o processo à Secretaria de Administração da Presidência da República solicitando providências de demissão do servidor em lide.

3) Processo nº 00012.001476/2006-22:

Assunto: Apurar extravio de memória do computador de servidora do Censipam.

Em relação ao Processo acima mencionado, a Unidade informou que a comissão de sindicância está elaborando seu relatório final para julgamento da autoridade competente, estando, ainda, sem resposta conclusiva.

4) Processo nº 00015.000492/2007-59:

Assunto: Apurar desaparecimento de um Hardware Key nº 43456222 – Arquivo: Key 554118102-V 9.1, que funcionava como chave de acesso do software Arc Gis 9.1, instalado na Estação de Trabalho pertencente ao CTO-Belém/PLACON, Patrimônio nº 118572.

Da análise da documentação, verifica-se que o Diretor-Geral do Censipam determinou o arquivamento do processo nº 00015.000492/2007-59, em acolhimento ao relatório final da Comissão de Sindicância quanto ao fato de que “não há provas materiais que indiquem possíveis autores”.

Handwritten signatures and initials.

5) Processo nº 00012.001656/2006-12:

Assunto: Apurar situação de 50 equipamentos denominados TOUGHBOOK 71 Notebook Personal Computer Panasonic CF-71GYAGBAM.

Do exame da documentação, verifica-se que o Relatório Final da Comissão de Sindicância, datado de 19/11/2007 assim concluiu:

"Dos fatos apurados fica evidente, que no âmbito do Censipam houve a falta de controle Gerencial, controle Administrativo e controle Patrimonial, para tratar destes bens, objeto desta Sindicância, oriundos do Projeto SIVAM, assim sendo, recomendamos que seja revisto os mecanismos de Controle de material e aperfeiçoamento da Gestão de Controle do Patrimônio em uso no CENSIPAM, que o fato da não localização seja registrado em Boletim de Ocorrência junto ao Departamento da Polícia Federal o possível extravio dos notebooks citados no item 40 deste relatório, bem como comunicar a CCSIVAM o Relatório desta Comissão de Sindicância."

O Processo acima mencionado encontra-se para julgamento da autoridade competente, estando, portanto, o objeto da sindicância em questão sem resposta conclusiva.

6) Processo nº 00012.000698/2005-47

Assunto: Apurar possíveis irregularidades relativas ao contrato nº 16/2005 – prestação de serviços de recarga de cilindros do Sistema de Combate a Incêndios.

O Relatório Final da Comissão de Sindicância, datado de 14/9/2007 assim concluiu:

"a) ficou comprovada a regularidade da prestação de serviço da recarga dos cilindros da Bateria de Gás FM 200, instalados na Sala de Redes e Telecomunicações do Centro Técnico e Operacional 0 CTO/Manaus, relativo ao processo em referência – contrato nº 016/2005

b) identificou-se com base no Parecer Técnico do Copo de Bombeiros, que os cilindros mestres das baterias fixas das salas nº 21 - Banco de Dados e nº 22 – Status Monitoring estão com os indicadores de pressão do manômetro abaixo do limite de segurança, ou seja, despressurizado, logo sem condições de uso, motivo pelo qual, recomendamos a recarga dos mesmos, conforme alínea "b" do item 4 do Parecer em comentário."

Cabe registrar que esta Equipe de Auditoria não teve acesso ao julgamento da autoridade competente, restando, portanto, prejudicada a análise quanto à conclusão do objeto da sindicância em questão.

20. INFORMAÇÃO

De acordo com o Relatório de Licitações do exercício de 2007, a Equipe de Compras do Censipam formalizou 48 processos na modalidade de pregão eletrônico (Lei nº 10.520/2002), sendo que 01 pregão não foi realizado, 01 foi anulado, 01 suspenso e 03 frustrados. Verificamos, também, que foram formalizados 16 contratos de prestação de serviços decorrentes dos pregões e 26 processos de aquisições de materiais e sobressalentes.

Com relação aos pregões eletrônicos realizados, após análise das atas publicadas no Sistema Comprasnet, observamos que houve plena participação de fornecedores por item licitado, o que demonstra não ter ocorrido situações que pudessem comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo dos processos licitatórios. Destaca-se que não foram realizadas em 2007 outras modalidades de licitação.

[Handwritten signatures and initials]

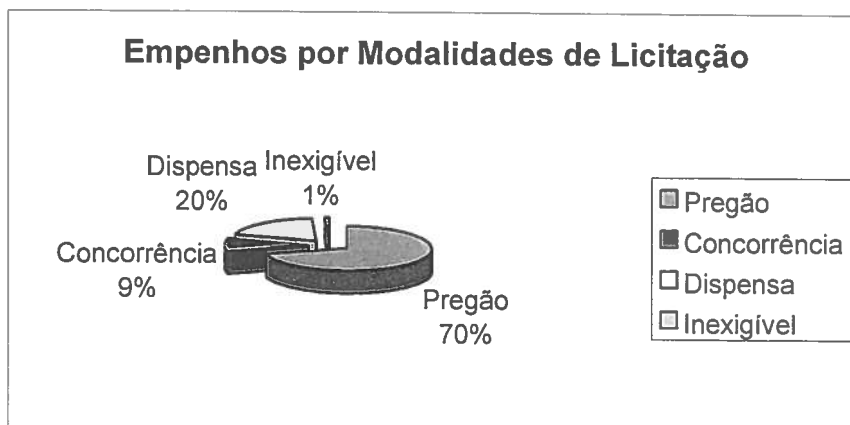
CIS/PR
02 d

Quanto à dispensa de licitação, foram formalizados 122 processos (Lei nº 8.666/93, art. 24), sendo que um processo foi arquivado, uma contratação foi cancelada, um processo não foi concluído e um processo foi cancelado na cotação. Já os processos referentes às inexigibilidades foram formalizados apenas três (Lei nº 8.666/93, art. 25). Dessas 122 dispensas, apenas duas dispensas ocorreram com base no inciso VIII e duas com base no inciso XVI. As demais dispensas ocorreram com fulcro no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, não sendo identificadas impropriedades quanto ao enquadramento legal.

21. INFORMAÇÃO

Em consulta ao SIAFI2007, verificamos que consta no balancete contábil da UG 110197 o registro das modalidades de licitação abaixo discriminadas:

Modalidades de Licitação	Empenho por Modalidades (R\$)
Pregão	11.810.874,10
Concorrência	1.522.210,68
Dispensa	3.327.303,34
Inexigível	132.300,83
Total	16.792.688,95



Cabe informar que embora só tenham sido formalizados, em 2007, processos licitatórios na modalidade pregão, o saldo de empenho referente à concorrência é devido ao Contrato nº 49/2004, de manutenção preventiva, corretiva e monitoramento em subsistemas, com a CETEST Minas Engenharia e Serviços S.A, que também teve execução no exercício de 2007.

As falhas/informações verificadas nos processos licitatórios examinados serão a seguir relatadas:

22. CONSTATAÇÃO:

Falhas na contratação por dispensa de licitação

Processos n 00012.000653/2007-34 e 00012.001428/2007-15 - Curso de capacitação em segurança da informação

Da análise dos supracitados processos referentes à contratação da empresa Módulo Security Solutions S.A., verificamos que não constou a cotação de preços de mercado para a realização do curso de capacitação e segurança da informação.

Sobre o assunto, o Censipam informou que:

"a Equipe de Licitações do Censipam levou em conta as informações da área demandante (Coordenação de Inteligência) e do setor de Gestão de Pessoas, de que não foram encontradas outras opções de empresas para a realização do curso em Brasília."

Ainda com relação àquela contratação, verificamos que, embora o curso tenha sido ministrado em dois módulos, o valor contratado extrapolou o limite de dispensa de licitação, visto que foi ministrado pela mesma empresa (Módulo Security Solutions S.A.) em curto intervalo de tempo (35 dias), podendo, dessa forma, caracterizar fracionamento de despesa.

O Censipam apresentou a justificativa de que:

"a equipe de licitações observou os projetos básicos constantes nos processos nº 00012.000653/2007-34 e 00012.001428/2007-15, onde a unidade demandante informa o conteúdo programático de cada treinamento (que se mostram diferentes), mesmo sendo a contratada a mesma empresa, não parece à Equipe tratar-se de fracionamento de despesas, uma vez que o objeto era diferente em sua essência."

ANÁLISE DA EQUIPE

Com relação à informação de que não foram encontradas outras opções de empresas para a realização de cursos em Brasília, entendemos que deveria ter constado justificativas para fundamentar a escolha da empresa Módulo Security Solutions S.A, uma vez que verificamos por meio de pesquisa na Internet, a existência de outras empresas que também poderiam oferecer o mesmo curso, propiciando dessa forma a escolha de uma proposta mais vantajosa para a administração.

Quanto ao valor do curso, fracionado em dois módulos, em que pese os esclarecimentos apresentados pela Unidade de que os conteúdos programáticos de cada treinamento eram diferentes, entendemos que se tratava do mesmo objeto, visto que o módulo 1 versava sobre a teoria do assunto ministrado e o módulo 2 referia-se à parte prática do treinamento.

RECOMENDAÇÃO

Observe o limite estabelecido no inciso I do art. 24 da Lei nº 8.666, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa.

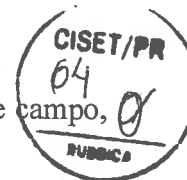
23. INFORMAÇÃO

No decorrer de 2007, o Censipam formalizou 23 contratos, no valor de R\$ 8.446.099,65, bem como celebrou 21 termos aditivos (fonte ComprasNet), sendo os dois contratos de maiores valores celebrados, respectivamente, com as empresas Star One S/A, no valor de R\$ 3.200.000,00 para provimento de capacidade espacial para comunicações digitais via satélite, através da utilização de um único transponder; e com a Embratel, no valor de R\$ 1.080.171,92 para prestação de serviço móvel de comunicação de textos via satélite.

Vale ressaltar que, a análise dos procedimentos de repactuação de preços de contratos, relacionados à prorrogação de vigência, foram avaliados pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Avaliação desta CIS/PR, que emitiu em 2007 cinco Notas Técnicas, abaixo

[Handwritten signatures and initials]

discriminadas, com orientações e recomendações para o Censipam. Durante os trabalhos de campo, constatamos o cumprimento destas orientações.



Nº	Data	Discriminação
063	19/07/2007	Processo nº 00012.001637/2006-88 – CENSIPAM/PR Consulta sobre a realização do pregão eletrônico nº 19/2007.
073	17/08/2007	Repactuação de preços do Contrato nº 49/2004 firmado entre a União, por intermédio da Presidência da República, sub-rogado ao CENSIPAM, e a empresa CETEST Minas Engenharia e Serviços S/A - Processo nº 00140.000585/2003-14 – Volumes XI, XII, XIII e XIV.
078	23/08/2007	Repactuação de preços do Contrato nº 67/2003, celebrado entre a União, por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e a empresa E. B. CARDOSO. Processo nº 00140.000343/2003-21 - Volumes I, II, III e IV.
083	29/08/2007	Processo nº 00012.000371/2006-56 - Vols. I a III. Repactuação de preços do Contrato nº 16/2006, firmado entre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM e a empresa SNAKE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA.
098	27/9/2007	Processo nº 00012.000277/2006-05 – Volumes I e II. Repactuação do Contrato nº 07/2006, firmado entre a União por intermédio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM e a empresa DCOR-LINE Conservação e Limpeza Ltda.

No que tange à Nota Técnica (AGRF) nº 073/2007 retromencionada, que trata de repactuação de preços do Contrato nº 49/2004, firmado entre a União, por intermédio da Presidência da República, sub-rogado ao CENSIPAM e a empresa CETEST Minas Engenharia e Serviços S/A, destacamos os seguintes trechos:

“Reportando-se às exigências desta Secretaria, contidas na Nota Técnica (AC) nº 36/2007 COAVA-CISET-CC-PR, o CENSIPAM, por meio da CI Nº 394/2007 – Assessoria Administrativa/DIRAF, de 8/8/2007, dirigida ao Diretor de Administração e Finanças do órgão, presta esclarecimentos em relação àquelas exigências, aceitando o cumprimento de todas elas, à exceção daquela referente à pesquisa de preços (alínea “a” do item 23 da supradita Nota Técnica), sobre a qual faz várias considerações:

Mantém o entendimento de que tal pesquisa está estritamente vinculada à prorrogação do prazo de vigência do contrato, e não a sua repactuação, em razão da data da prorrogação, na maioria das vezes, não coincidir com a data da repactuação, como no caso em questão;

Registra que, quando do exame da repactuação de que se trata, a CISET/CC/PR respaldou seu entendimento, sobre a necessidade de pesquisa de preços por ocasião da repactuação de contratos, na manifestação do Tribunal de Contas da União contida no Acórdão nº 1.913/2006 – Segunda Câmara, que estabelece que nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração. No entanto, entende haver equívoco, por parte da CISET/CC/PR, considerando que é inquestionável que o assunto tratado pelo TCU em sua análise é sobre prorrogações de contratos, com ou sem repactuação, e não simplesmente repactuações de contratos”.

Sobre o assunto, convém acrescentar que, recentemente, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 827/2008 – TCU – 2ª Câmara determinou à Advocacia-Geral da União que:

4.3.6. promova ampla pesquisa de preços, quando da prorrogação de contratos de natureza continuada ou repactuação de valores contratados para esses serviços, objetivando garantir a escolha da opção mais vantajosa para a Administração, de

RECOMENDAÇÃO

Observar nas próximas repactuações o contido no subitem 4.3.6 do Acórdão nº 827/2008 – TCU – 2ª Câmara, no sentido de que promova ampla pesquisa de preços quando da prorrogação de contrato de natureza continuada ou repactuação de valores contratados para os referidos serviços.

24. CONSTATAÇÃO

Prováveis pagamentos a maior da alíquota de FGTS nos contratos terceirizados

O referido Contrato foi assinado em 6/9/2006, com vigência de 12 meses contados a partir de 11/9/2006, tendo como objeto a prestação de serviços de segurança patrimonial, com o fornecimento de mão-de-obra direta e com a utilização dos equipamentos necessários à prestação dos serviços, nas áreas internas e externas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, em Brasília, no valor global de R\$ 306.300,00.

Em de 29/5/2007, foi solicitada repactuação, fls. 394/405 – Vol. II, fundamentada na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, de 16/5/2007, firmada na data-base da categoria de Vigilância, pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal - SINDESV-DF e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada e Transporte de Valores no Distrito Federal - SINDESP-DF, que fixou o piso salarial da categoria profissional a partir de 1º de maio de 2007 à 30 de abril de 2008, fls. 420/441 – Vol. III.

O assunto foi submetido ao exame da Subchefia para Assuntos Jurídicos - SAJ/CC/PR, esta, nos termos do parecer exarado na NOTA SAJ Nº 2805/07 – JAM, de 13/8/2007, solicitou o exame prévio por parte desta Secretaria de Controle Interno, com encaminhamento posterior àquela Subchefia para manifestação conclusiva, fls. 460/461 – Vol. III.

Nesse sentido, ao analisar o pedido de repactuação em questão, por meio da Nota Técnica (EL) nº 083/2007 COAVA/CISSET/CC/PR, de agosto/97, esta CISSET concluiu que “a empresa faz jus à repactuação pretendida, prevista na Cláusula Sétima do Contrato nº 16/2006, em conformidade com o item 7 da Instrução Normativa nº 18, de 22/12/1997, do então Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE, com o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 7/7/997, e com o art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192, de 14/2/2001, uma vez que já transcorreu um ano a contar da data base considerada para a primeira repactuação, ou seja, 1/5/2006, esta concedida, em 30/9/2006, mediante o Termo Aditivo nº 1/2006, fls. 385/386 – Vol. II.

Aduz, ainda, que a administração deve rever a proposta apresentada, visto que a Contratada deixou de considerar os fictícios descontos, de forma que o valor espelhasse efetivamente o da contratação inicial. Os valores constantes destas Planilhas foram consolidados e apresentados na forma do “resumo” às fls. 419, sendo que, o “resumo”, constante às fls. 418, apresenta os valores com os supostos descontos, sob a alegação de que seria o valor devido até a data do aniversário do contrato.

Por último, sugeriu o encaminhamento da aludida Nota à Subchefia para Assuntos Jurídicos/CC/PR, destacando que a Unidade deve observar os seguintes pontos:

Handwritten signatures and initials.

- a) não cabe a Contratada cogitar que anteriormente tenha concedido desconto para atingir o preço pactuado que pudesse ser revertido como ora requerido, por não existir fundamento legal, sob pena de cerceamento do direito das outras empresas que participaram do certame;
- b) fazer constar dos autos documento que comprove o reajuste do Seguro de Vida em Grupo (Grupo IV);
- c) providenciar junto à Contratada novas Planilhas de Custos e Formação de Preços contendo os valores legalmente acordados para fins da repactuação pretendida, bem como retificar a alíquota do FGTS, de 8,50% para 8,00%, alterada a partir de 1º de janeiro de 2007;
- d) anexar aos autos cópia da Convenção Coletiva de Trabalho devidamente assinada;
- e) juntar aos autos a pesquisa de preço efetuada de forma a comprovar que os preços repactuados continuam sendo vantajosos para a Administração; e
- f) observar a correta instrução dos processos, nos termos da Portaria Normativa nº 5, de 19/11/2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

JUSTIFICATIVA

Por outro lado, a Unidade, por meio do Despacho de 01/10/2007, prestou os seguintes esclarecimentos:

- a) foram elaboradas novas planilhas constando os descontos oferecidos inicialmente, a retificação da alíquota do FGTS, de 8,50% para 8%, exclusão do seguro em grupo, pois não havia a comprovação dessa despesa ;
- b) foi encaminhado e-mail pela empresa, no qual solicita o prosseguimento de processo de repactuação, ainda que sem a concessão do reajuste ao seguro de vida;
- c) foi apresentada nova Convenção de Trabalho, bem como documento que comprova que os preços são vantajosos para a administração; e
- d) que os servidores foram orientados quanto ao fiel cumprimento da Portaria nº 05, de 19/12/2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ANÁLISE DA EQUIPE

Não obstante a Unidade ter informado que na nova planilha de preços foi contemplada a retificação da alíquota do FGTS, de 8,50% para 8%, não vislumbramos nos autos informações acerca da correção da referida alíquota nos pagamentos efetuados durante ao exercício de 2007 ao contrato em questão, visto que houve redução da alíquota do FGTS para 8%, desde 1º/1/2007.

O subitem da retrocitada Nota Técnica nº 083/2007 destacou que a partir de janeiro de 2007 cessaram os efeitos do preceito estabelecido no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 110, de 29/6/2001 - que instituiu contribuição social devida pelos empregadores, à alíquota, referente ao FGTS, de 0,50% sobre a remuneração devida, no mês anterior, a cada trabalhador, em consonância com as ADIN 2.556-2 e ADIN 2.568-6 concedidas pelo Supremo Tribunal Federal, conforme orientação da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil – SAJ/CC-PR, prolatada na NOTA SAJ Nº 2.798/2007 – JVLJ.

Acerca do tema, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 353/2008- Plenário, adotou o seguinte posicionamento:



"9.2. recomendar, com fundamento no art. 27, inciso XVII, alínea "g", da Lei nº 10.683/2003, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.2.1. oriente os órgãos e entidades do Poder Executivo quanto ao disposto no § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 110/2001, motivo pelo qual devem:

9.2.1.1. em atenção ao § 5º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, adotar as medidas necessárias, junto aos seus contratados, para revisar para menos os valores previstos nos contratos em vigor, por conta do expurgo do adicional de FGTS eventualmente cobrado;

9.2.1.2. buscar o ressarcimento das quantias pagas a maior, a partir da competência janeiro de 2007, sempre que a relação custo/benefício assim o justificar;

9.2.1.3. orientar os entes para os quais transfiram recursos públicas federais para que adotem as mesmas providências;

9.2.1.4. informar, nas contas prestadas anualmente a esta Corte, as medidas adotadas e os resultados alcançados;

9.3. determinar à Controladoria-Geral da União que verifique as providências adotadas e os resultados alcançados pelos entes da Administração Pública Federal, em decorrência das medidas do subitem 9.2 supra por ocasião das contas de 2008.

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Presidência da Câmara dos Deputados e à Presidência do Senado Federal, recomendando a adoção de medidas semelhantes às constantes do subitem 9.2 supra, no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público e das referidas Casas.

Ainda sobre o assunto, vale destacar trecho do Voto do Ministro Relator que diz:

7. Observou-se, também, com relação a alguns contratos, que o percentual de 4,25%, atinente à parcela devida à título de indenização por rescisão sem justa causa, outro elemento formador de preços previsto nas planilhas, não foi reduzido para, no máximo, 4%, a partir de 1/1/2007 (v.g. Contrato nº 19/2005, Anexo 1, fls. 16/21)."

RECOMENDAÇÃO

Assim, recomendamos ao Órgão que sejam revistos e ajustados todos os contratos de terceirização e os convênios que contenham parcelas referentes ao FGTS, bem como de indenização por rescisão sem justa causa aos patamares do que preceitua a Lei Complementar nº 110/2001, em atendimento aos termos do Acórdão nº 353/2008- Plenário - TCU

25. CONSTATAÇÃO

Ausência de seis trabalhadores terceirizados referente ao Contrato nº 06/2006

A fim de verificar a atuação dos gestores de contratos, formalmente designados pela Administração do Censipam, selecionamos contratos relativos à cessão de mão-de-obra, tais como: fornecimento de combustível; segurança patrimonial; limpeza e conservação; copeiragem e garçom; e manutenção predial. Da inspeção "in loco", em 27/02/2008, realizada nas dependências do CTO/MN, constatamos a ausência de seis trabalhadores terceirizados, referente ao Contrato nº 06/2006 celebrado com a empresa Novo Tempo Comércio e Serviço Ltda. para limpeza e conservação.



Handwritten signatures and initials.



JUSTIFICATIVA

Em resposta ao item 06 da Solicitação de Auditoria nº 13/2008, o CTO/MN informou que foram tomadas as medidas cabíveis, com o encaminhamento do Ofício nº 002/2008, de 29/02/2008, solicitando a manifestação da empresa acerca dos fatos constatados pela Equipe de Auditoria.

ANÁLISE DA EQUIPE

Assim, a Unidade deverá encaminhar a esta Secretaria de Controle Interno, documentação comprobatória, relativa ao desconto no faturamento mensal do valor correspondente à quantidade de horas não atendidas.

RECOMENDAÇÃO

Proceder ao desconto no faturamento mensal do valor correspondente à quantidade de horas não atendidas, em atendimento à alínea “s” da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

26. CONSTATAÇÃO

Descumprimento de cláusula do Contrato nº 06/2006

Em inspeção “in loco”, no dia 27/02/2008, realizada nas dependências do CTO/MN, constatamos o descumprimento do item 5.1 do Termo de Referência anexo ao Contrato nº 06/2006 celebrado com a empresa Novo Tempo Comércio e Serviço Ltda. para prestação de serviços de limpeza e conservação. Por meio da referida inspeção, constatamos falta de diversos equipamentos especificados no contrato, resultando, dessa forma, uma divergência na quantidade mínima de equipamentos básicos estipulados no referido contrato, com a quantidade efetivamente fornecida pela empresa contratada, contrariando o disposto na alínea “p” da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

JUSTIFICATIVA

Em resposta ao item nº 07 da Solicitação de Auditoria nº 13/2008, o CTO/MN informou que foram tomadas as medidas cabíveis, com o encaminhamento do Ofício nº 002/2008, de 29/02/2008, solicitando a manifestação da empresa acerca dos fatos constatados pela Equipe de Auditoria.

ANÁLISE DA EQUIPE

Desse modo, a Unidade deverá informar a esta Secretaria de Controle Interno, quanto ao fornecimento dos equipamentos estipulados no Contrato nº 06/2006, considerando que a contratada deve prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequada.



Handwritten signatures and initials.

RECOMENDAÇÃO

Notificar a empresa, dando ciência das sanções cabíveis, caso persista o referido inadimplemento, de modo a atender o disposto na alínea "p" da Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2006.

27. CONSTATAÇÃO

Acúmulo de contratos administrativos do CTO-BE sob a gestão de uma única servidora, dificultando a devida fiscalização interna de contratos.

Constatamos que uma única servidora é responsável pela execução da fiscalização interna de todos os contratos de prestação de serviços executados no CTO/BE, a saber: limpeza e conservação; fornecimento de energia elétrica; segurança patrimonial; copeiragem e garçom, fornecimento de combustível e serviços de motoristas. Além do que, também, é Gerente Técnico e Operacional-Substituta.

JUSTIFICATIVA

Em resposta ao item 08 da Solicitação de Auditoria nº 15/2008, de 05/03/2008, foi dada a seguinte explicação:

"A fiscalização dos contratos administrativos do CTO-BE é realizada pela gestora, auxiliada pelos demais servidores da Administração. O CCG está tomando as providências para resolver a questão relativa ao acúmulo de contratos administrativos sob a gestão de uma única servidora neste Centro, reforçando a equipe da administração e capacitando servidores para assumir a gestão dos Contratos"

ANÁLISE DA EQUIPE

Desse modo, a Unidade deverá informar a esta Secretaria de Controle Interno, o resultado das medidas adotadas com vistas à designação de gestores de contratos.

RECOMENDAÇÃO

Designar fiscais para os contratos administrativos, observando o princípio da segregação de funções.

28. INFORMAÇÃO

Verificamos que, no exercício de 2007, o Censipam firmou 01 convênio e 01 termo de cooperação técnica.

Trata-se do convênio registrado no Sistema SIAFI sob o nº 599159, celebrado em 30/11/2007, com Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, com vigência até 29/04/2010, no valor de R\$ 2.000.000,00, cujo objeto é o Programa de atuação conjunta para operacionalização do programa de capacitação científica e tecnológica para o desenvolvimento de estudos e projetos aplicados ao Censipam-PROSIPA. Por meio de consulta à transação Conconv do SIAFI, verificamos que já foram liberados 50% do valor firmado e o prazo para a apresentação da prestação de contas encerra em 28/06/2008.

[Handwritten signatures and initials]

Em 17/05/2007, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2007 entre o Censipam e o Estado de Mato Grosso, tendo por objeto o Projeto Educação Sem Distâncias em Mato Grosso, visando o intercâmbio de informações, infra-estrutura e recursos humanos para apoio às atividades e projetos comuns que visem o desenvolvimento de ações conjuntas dos partícipes na geração de conhecimentos atualizados para a proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia legal Brasileira, a serem realizados no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia, no prazo de cinco anos, podendo ser prorrogado.

A Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros - estabelece que os recursos financeiros e as condições referentes às liberações e prestações de contas serão especificados em convênios específicos, a serem firmados a partir deste Acordo, nos moldes da IN/STN/Nº 1/97, do Decreto nº 93.872/96 e da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

De acordo com o Plano de Trabalho, o ensino à distância será promovido pela Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso com o apoio do SIPAM. No que se refere ao cronograma de execução composto de quatro etapas, constatamos que ainda não foi inicializada a primeira etapa prevista para o 2º semestre de 2007.

Nesse aspecto, vale mencionar que, por meio do Ofício nº 105/2007-PRPDI, de 23/8/2007 dirigido ao Diretor-Geral do Censipam, a Unemat solicitou adiamento do cronograma de execução física previsto no Plano de Trabalho, em função, dentre outros aspectos, de ter sido encaminhado à Secretaria de Ciências e Tecnologia a análise das proposições do Pólo Semi-Presenciais no Estado. Contudo, não foi alterado o cronograma físico previsto no Plano de Trabalho.

Ressalte-se que, por meio da NOTA SAJ nº 759/07 – JAM, de 22/3/2007, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprovou a minuta do referido Acordo de Cooperação Técnica.

RECOMENDAÇÃO

Adequar o Plano de Trabalho à nova situação do projeto.

CONSTATAÇÃO

Falta de registro no SIAFI de Termo de Cooperação Técnica

Em consulta ao SIAFI2007, verificamos que não constou no balancete o registro da conta contábil - 19972.17.00 Acordo de Cooperação Técnica, de modo que fosse evidenciado o registro do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2007 firmado entre o Censipam e o Estado de Mato Grosso.

RECOMENDAÇÃO

Proceder o registro contábil, no sistema SIAFI, do Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2007, firmado entre o Censipam e o Estado de Mato Grosso.

Com relação à manutenção das VSAT's, o Programa de Metas do Censipam previa, no exercício de 2007, a realização de vinte e quatro missões de campo.

Do exame dos processos de diárias, verificamos que foram realizadas somente 15 missões conforme relacionamos:

Missão Rondônia II
Missão Roraima
Missão Tocantins
Missão Alto Solimões
Missão Pará
Missão Nordeste Paraense
Missão Pelotões de Fronteira
Missão Mato Grosso
Missão Terras Indígenas
Missão Mato Grosso II
Missão Madeirinha
Missão Caxiuna-Pará
Missão Aldeia Cuminapanema
Missão Massaco
Missão Guajará-Mirim

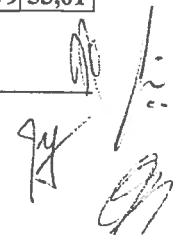
Sobre o assunto, o Censipam manifestou que o programa de metas foi modificado ao longo de 2007, em virtude da inclusão de missões de retirada de 84 terminais urbanos, distribuídos nas cidades de Brasília, Manaus, Porto Velho e Belém, executadas por equipes locais, sem custo, portanto, de diárias.

O Censipam ressaltou ainda que outro fato relevante para a redução das missões de campo foi a quebra do PABX do Centro de Brasília, que inviabilizou a execução das missões planejadas para os terminais remotos que trafegam em banda larga dos programas de Telessaúde, Tele Educação e Alto Solimões, bem como de alguns terminais remotos do Estado do Tocantins e Sul do Pará.

O órgão informou, ainda, que as missões não executadas em 2007 foram replanejadas para 2008, conforme plano de missões de campo.

A execução, representada por programa de governo, em consonância aos dados constantes do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan, assim constitui-se:

0496 – Informações Integradas para a Proteção da Amazônia							
Ação	Descrição	Execução Física			Execução Financeira		
		Prevista	Executada	%	Prevista (R\$)	Executada (R\$)	%
2343	Processamento de Sinais de Telemetria e Teleprocessamento	106.770	não disponível	-	9.437.000	8.717.667,88	92,37
4091	Capacitação de Recursos Humanos	24	460	462,5	1.017.000,00	532.899,30	52,39
6323	Sistema de Informações para a Proteção da Amazônia - SIPAM.	2.734	não disponível	-	34.116.000,00	16.555.932,61	48,52
7491	Integração da Base de Dados e Informações do SIPAM	0	0	-	4.104.000,00	0,00	0
Total					48.674.000,00	25.806.499,79	53,01



Da análise da execução indicada no Relatório de Tomada de Contas do Censipam constante às fls. 9 a 11 do Processo de Tomada de Contas – exercício de 2006, podemos verificar que não há dados disponíveis para a execução física das ações 2343 – Processamento de sinais de telemetria e 6323 – Sistema de Informações para a Proteção da Amazônia – SIPAM.

Por meio da SA nº.10/2007, foi solicitado ao Censipam fazer gestões junto ao Comando da Aeronáutica com vistas à obtenção de informações relativas à execução física da ação 2343 – Processamento de sinais de telemetria e processamento, dado o volume de recursos utilizados na sua execução financeira;

De outra parte, a Unidade manifestou-se nos seguintes aspectos:

“Conforme consta do Relatório de Gestão 2007 do Censipam, a Ação foi executada por intermédio do Comando da Aeronáutica – CCSIVAM.

Por meio do Ofício nº 111/Censipam, de 27 de fevereiro de 2008, foi solicitado ao CCSivam informações acerca da execução física da Ação 2343. Vale esclarecer, entretanto, que o produto “Sinal Processado” medido por Mbyte não vem sendo mensurado, conforme justificativas mensais disponibilizadas no SIGPLAN no ano de 2007. Esta ação foi reformulada no PPA 2008-2011, com definições mais adequadas especialmente quanto ao produto e unidade de medida.

Junta-se cópia da resposta ao ofício acima mencionado, vinda no dia 4 de março de 2008, através do Ofício 005/PR-DA.”.

Do exame do teor do Ofício 005/PR-DA, retromencionado, foi informado pelo Presidente Interino da Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM do Comando da Aeronáutica que :

“...em apoio às atividades do CENSIPAM, contratou na oportunidade devida, os serviços de telecomunicações para o SIPAM e processou os pagamentos com base nas informações de execução dos serviços vindas desse Centro Gestor, na medida em que os créditos eram destacados.

....esta Comissão não exerceu qualquer ação de acompanhamento físico dos serviços então prestados, pois a atuação limitou-se a receber faturas, confirmar a prestação dos serviços junto a esse Centro e processar os pagamentos, os quais foram arquivados em forma de processos, representando um significativo volume de notas fiscais/faturas, contendo, unicamente, a descrição dos serviços realizados, sem os demonstrativos das unidades de medidas utilizadas, com exceção do Contrato 013/CCSIVAM/2002-EMBRATEL.”

Ainda com relação à Ação 2343, a CCSivam informou que não exerceu qualquer ação de acompanhamento físico dos serviços então prestados, com exceção do Contrato 013/CCSIVAM/2002-EMBRATEL, contudo, não constou da documentação encaminhada o quantitativo de medições físicas relativo àquele contrato, bem como não constou a atualização no SIGPlan da respectiva ação.

Solicitamos, ainda, ao Censipam por meio da SA nº 10/2007, informar a execução física da ação 6323 – Sistema de Informações para a Proteção da Amazônia – SIPAM tendo em vista a execução financeira, constante do quadro de metas financeiras, no valor de 16.555.932,61.

A Unidade apresentou a seguinte justificativa:

“O produto “Informação Disponibilizada” medido por Tbyte previsto para a Ação 6323 no PPA 2003-2007, não vem sendo mensurado, conforme justificativas mensais disponibilizadas no SIGPLAN no ano 2007, em virtude de não corresponder à dinâmica tecnológica dos recursos utilizados pelo Censipam.

do f.
SH

Visando ajustar o produto e unidade de medida à realidade atual do Censipam, na proposta do PPA 2008-2011, Ação 6323 foi desmembrada em três Ações, sendo uma de atividade-meio e duas finalísticas, a saber:

- 1) 2272 - Gestão e Administração do Programa
· Produto: Não Definido
- 2) 6808 - Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência
· Produto: Estudo Concluído
- 3) 8110 - Sensoriamento Remoto
· Produto: Área Monitorada
Unidade de medida: Km²

Fazendo um paralelo com os novos produtos estabelecidos no PPA 2008-2011, ou seja, Área Monitorada e Estudos Concluídos, o resultado da execução financeira de R\$ 16,6 milhões de reais, em 2007, pode ser assim avaliado em termos de produtos gerados:

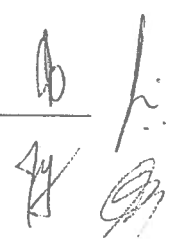
Na ação de Sensoriamento Remoto, por exemplo, o Censipam desenvolveu, produtos como o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE, que monitora áreas de conservação federal e estadual, além de terras indígenas. Esse monitoramento busca a geração contínua de dados sobre o avanço do desmatamento, a indicação de possíveis áreas de mineração, campos de pouso e vias de acesso, exclusivamente nas terras indígenas e nas unidades de conservação federal e estadual, que são áreas especiais. Em 2007, o programa realizou o monitoramento de 240 áreas especiais, sendo 117 terras indígenas e 123 unidades de conservação, abrangendo uma área de cerca de 34 milhões de hectares. As informações contidas no ProAE foram entregues aos órgãos federais, estaduais e municipais interessados nas informações produzidas.

No tocante a Ação de Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência produziu-se, no exercício de 2007, 21 Estudos Concluídos de inteligência e 16 Estudos Concluídos de contra-inteligência, no total de 37 Estudos. Tais estudos foram utilizados pelos órgãos integrantes do SISBIN tais como Polícia Federal, Exército, IBAMA, entre outros.

Vale esclarecer que por conta da Ação 6323, em 2007, foram realizadas ainda despesas de manutenção e funcionamento do Censipam, tais como: água, energia elétrica, correios, limpeza e conservação, coopeiragem, segurança e vigilância entre os outros, que em 2008 estão programadas na Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa”.

Vale informar, ainda que foram apostos no Relatório de Gestão, comentários, às fls. 9, bem como no SIGPlan as justificativas para as metas realizadas das seguintes ações:

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
2343	Ação executada por intermédio do Comando da Aeronáutica. O produto e a unidade de medida não são passíveis de mensuração. O programa foi reestruturado para o PPA 2008/2011 e as atividades de telecomunicações estão integrando à ação denominada evolução dos sistemas de TI, Telecom e Base de Dados.
4091	O resultado físico deve-se a realização de eventos de capacitação por parte do Censipam em cursos relacionados às áreas técnicas, operacional e administrativa.
6323	A unidade de medida não mais corresponde à dinâmica tecnológica dos recursos utilizados pelo Censipam. O órgão está reavaliando o produto relacionado à sua ação e unidade de medida para que efetivamente expresse a produtividade do sistema.
7491	Para este programa estava prevista a continuidade do Convênio da Marinha que não prosperou.



**Baixo índice de execução operacional de VSATs**

Inicialmente, cabe registrar que a operacionalização da rede de comunicações VSAT (Very Small Aperture Terminal), foi objeto de recomendações consignadas nos tópicos 6.1.1.7, 6.1.1.8, 6.1.1.9 e 6.1.1.10 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 12/2007 referente ao exercício de 2006, do qual transcrevemos o seguinte:

- *promover estudo com o objetivo de detectar as deficiências a serem sanadas, inclusive os custos de manutenção daí advindos, bem como priorizar a conservação e/ou adequação das VSATs com maior demanda e a realocação dos terminais com menor uso;*
- *orientar e/ou treinar os operadores dos terminais que estão desligados, de forma a promover sua operacionalização;*
- *informar as medidas adotadas para a destinação dos equipamentos dos terminais urbanos desconectados;*
- *informar os procedimentos adotados com vistas à revitalização da rede VSAT, a reavaliação dos endereços onde estão localizados os terminais e a realização de testes com os terminais do Projeto GESAC.*

A respeito do assunto, o Censipam prestou os seguintes esclarecimentos:

- que foi concluído o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 98, de 11 de setembro de 2007, com a entrega de relatório que deverá subsidiar as providências relativas ao uso das VSATs; no que se refere aos estudos visando detectar as deficiências a serem sanadas, inclusive os custos de manutenção atinentes às VSATs;
- que a diretriz com relação à orientação e/ou treinamento de operadores dos terminais que estão desligados está sendo cumprida pelas missões em curso e será, decerto, cumprida nas futuras;
- que todas as questões relativas ao parque tecnológico do Censipam, inclusive as antenas VSATs, têm sido objeto de avaliação pela empresa de consultoria Pacific Consultants International e pelo Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, sendo que a partir dos diagnósticos e prognósticos fornecidos, as decisões de investimentos, revitalizações e reavaliações dos endereços serão tomadas.

Nesse contexto, por meio da Solicitação de Auditoria nº 20/2008, foi solicitado ao órgão que informasse sobre a conclusão do Grupo de Trabalho - GT, constituído pela Portaria nº 98, de 11.09.07, antes mencionada, com o objetivo de avaliar a rede de telecomunicações dos terminais usuários remotos e propor alterações técnica, operacionais e de localização, com o propósito de dar efetividade e eficácia aos serviços prestados pelo SIPAM aos clientes internos e, principalmente, aos usuários externos.

Em resposta ao solicitado, o Censipam encaminhou à equipe de auditoria a Nota Técnica que trata do Diagnóstico Técnico e Operacional da rede de VSATs, emitida em 20.12.2007, pelo referido grupo de trabalho.

Destacou a referida Nota que os trabalhos tiveram como parâmetro o Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU, o que levou a concluir que os municípios que apresentaram índice maior que 0,284 não necessitariam de terminal remoto e abaixo de 0,284 necessitariam das VSATs. Verificou-se que 306 municípios na Amazônia não possuíam VSATs e possuem IQVU menor que 0,284 e que 113 municípios com IQVU menor que 0,284 já possuem VSATs. O objetivo maior dessa classificação está voltado para a análise da carência de infra-estrutura de telecomunicações como fator de desenvolvimento da região.

Ressaltou a mencionada Nota que, por meio de diagnóstico de usabilidade, foi verificado que os órgãos isolados como FUNAI e os Pelotões de Fronteira do Exército Brasileiro eram os maiores usuários, ao contrário das áreas mais desenvolvidas, onde as taxas são mais baixas de usabilidade, devendo, assim, ser procedido o remanejamento destas VSATs para outras localidades, para uma melhor utilização.

No que concerne aos custos para manutenção dos terminais, destacou a referida Nota que os estudos apontavam para um custo anual estimado de R\$ 5.244.957,99, o que se considerou elevado para um contrato de telecomunicação que suportaria a transmissão de dados e voz, uma vez que o custo da manutenção de cada terminal não está incluído nesse cômputo, bem como o custo relativo aos recursos humanos e sobressalentes.

Destacou, ainda, a aludida Nota Técnica que seria necessária a visita “in loco”, tanto para os municípios julgados necessitados do terminal como os não necessitados, de modo que todas as condições de análise fossem verificadas, visando a tomada de decisão.

Por derradeiro, o Grupo de Trabalho concluiu que deveriam ser adotadas providências visando à implantação de novos terminais, a operacionalização e revitalização dos existentes, a retirada dos não prioritários, a implementação do sistema de gestão de *status*, de uso, reparos, realocações, instalações e retiradas, integrado com o sistema de patrimônio, sobressalentes, e transportes, o estabelecimento de protocolos de articulação e cooperação com os órgãos parceiros, bem como deveriam ser concentrados todos os terminais remotos na HUB de Brasília, após estudo técnico solicitado à Empresa Hughes.

Com relação à rede de comunicações VSAT, sob a administração do CTO/BE, foi solicitado à Gerência daquele Centro, por meio da Solicitação de Auditoria nº 15/2008, relatório contendo registros acerca de ligações realizadas por meio das VSAT, a quantidade de VSATs planejadas, instaladas e as efetivamente operacionais, bem assim fosse informado o grau de utilização das mesmas na área de atuação do CTO/Belém.

Nesse sentido, a Gerência do CTO/Belém, informou que foram planejadas para serem instaladas na região de abrangência daquele CTO 289 VSATs, mas o CCSIVAM instalou efetivamente 219, conforme informações consignadas no Anexo 2-A encaminhado a esta equipe.

No entanto, de acordo com o Anexo 2-B, posição de dezembro de 2007, estavam operacionais 107 VSATs, não operacionais 71 e desligadas 23, o que significa que apenas 48,85% estavam em funcionamento.

Observa-se que, de acordo com o Anexo 2-A, o estoque de VSATs no CTO/Belém é de 219, e não 201, como informado no Anexo 2-B, devendo, assim, ser esclarecida a diferença de 18 terminais, de modo que as informações sejam fidedignas para o controle patrimonial do órgão.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

Quanto ao grau de utilização das VSATs, esclareceu a Gerência daquele Centro que, além das ligações telefônicas, os terminais são utilizados para acesso à Internet, principalmente para sites .gov.br, universidades e bancos, bem como são liberadas informações para alguns sites após as solicitações formais dos usuários e análise técnica do CTO/BE e que os usuários também têm acesso a correios eletrônicos e Sistema de Integração de Terminais de Usuários (página de IDTU), que permitem acesso aos serviços e notícias sobre a Amazônia e Web Chat.

Acrescentou, ainda, que o CTO/Belém não dispõe de aplicativos elaborados que permitam fazer o monitoramento do grau de utilização dos TUR, no entanto, encontra-se em estudo ferramenta que permita a coleta de dados sobre os acessos à internet, cujo objetivo é a elaboração de indicadores de utilização dos terminais.

Por meio da SA nº 13/2008, foi solicitado ao CTO/Manaus relatório contendo registro de ligações realizadas por meio das VSATs, informando o grau de utilização, quantidade e discriminação das VSATs e dos radares operacionais.

Em atendimento ao solicitado, a gerência do CTO/Manaus informou que dispõe de 158 VSATs. Desse total, 61 estão operacionais e 97 estão não-operacionais, significando que apenas 38,60% das VSATs estão em funcionamento no âmbito daquele CTO.

Por meio da SA nº 04/2008 foi questionado o CTO/Porto Velho quanto às providências adotadas visando repor a mão-de-obra dos servidores que atuam na manutenção e operacionalização das VSATs, bem como sobre relatório contendo o registro de ligações realizadas por meio das VSATs, grau de utilização, quantidade de VSATs e dos radares que estavam em operação.

A esse respeito, a Gerência daquele CTO esclareceu que o sistema VSAT não é o mais importante da instituição, e tão pouco foi contemplado como tal no projeto inicial do SIVAM, visto que as VSATs não atendem diretamente a população e que os equipamentos foram instalados para atender órgãos do governo, principalmente federais e municipais. Muitos dos clientes originais desenvolveram sistemas próprios de telecomunicação mais avançados tecnologicamente, o que tem provocado o desligamento voluntário dos equipamentos.

Informou, ainda, o CTO/PV que tem sob sua responsabilidade 165 VSATs, das quais 85 estão operacionais e 80 estão desligadas pelo usuário ou não operacionais, o que representa 51,51% das VSATs em funcionamento.

Em suma, a quantidade de VSATs sob a responsabilidade dos CTO's de Belém, Manaus e Porto Velho é da ordem de 542 unidades, mas somente 253 estão em funcionamento, ou seja, apenas 46,67%.

O CCG/Brasília dispõe de 135 terminais, 82 estão operacionais, 53 não operacionais e 11 desligados. Em termos percentuais, as VSATs operacionais representam 60,74% do total disponível para aquele Centro.

Se somarmos todos os terminais chegaremos ao total de 677 terminais instalados, mas somente 335 terminais em funcionamento, ou seja, 49,48% do total está sendo utilizado ou apto a ser utilizado.

CIS/PR
17 0

No entanto, de acordo com o contido no Anexo A - Diagnóstico Operacional, página 6, da Nota Técnica do GT retrocitada, o Censipam dispõe de 661 terminais com um índice de inoperância de 43,89%, portanto, divergente do apurado por esta equipe de auditoria.

Conforme informações consignadas nos itens 6.1.1.8 e 6.1.1.9 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 12/2007, os índices de inoperância das VSATs nos CTOs de Manaus e Belém eram de 52,69% e 32,84%, respectivamente.

Objetivando implementar medidas visando regularizar a situação das VSATs, o Censipam estabeleceu como meta para o exercício de 2007 reduzir o índice de inoperância dos terminais para 10% e ampliar o índice de usabilidade em 1.500% em relação a dezembro de 2006, quando estes índices apresentavam 27% de inoperância e 1,5 minutos/mês/terminal de usabilidade, conforme se observa do contido no item 6.1.1.8 do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão nº 12/2007.

Estabeleceu, ainda, como meta para o mesmo exercício, a realização de 24 missões de campo, com duração média de 17 dias cada, envolvendo a visita institucional e técnica a 20 terminais por missão, perfazendo o total de 480 visitas.

Ademais, foi informado pelo órgão que dispunha de capacidade para a realização da manutenção de 180 terminais por mês, com o emprego simultâneo de 24 servidores, entre técnicos e coordenadores terceirizados, com custo estimado de R\$ 480.000,00 (salários, suprimentos, combustíveis, transportes, passagens e diárias), registrando um custo de manutenção de cada terminal da ordem de R\$ 2.667,00, conforme consignado na alínea "i" da Nota Técnica nº 20/2007 – COAUD/CIS/CC, encaminhada ao Tribunal de Contas da União, em 15.10.2007.

Como se vê, atualmente, os índices de inoperância das VSATs dos CTOs de Manaus e Belém situaram-se nos patamares de 38,60% e 48,85%, que quando comparados com os índices anteriores, de 52,69% e 32,84, respectivamente, mostram que, no cômputo geral, não houve melhoria significativa.

Tal situação reveste-se de maior gravidade, posto que a situação vem se prolongando de forma excessiva, já tendo inclusive sido objeto de recomendação de Relatório de Gestão anterior e não obstante as providências adotadas pelo Censipam, o índice de inoperância dos terminais é superior a 40%, o que demonstra a pouca efetividade das ações implementadas.

Ante o exposto, concluiu-se que não foram atingidas as metas então propostas pelo Censipam para redução da inoperância dos terminais. Observa-se, também, o não atingimento das metas referentes à realização de missões de manutenção dos terminais remotos, já que foram realizadas somente 15 missões e não 24 como previsto, conforme já mencionado no item 31 deste Relatório, o que levou a não realização da manutenção de 180 terminais por mês, o que, por via de consequência, inviabilizou a redução do índice de inoperância dos terminais para 10%.

RECOMENDAÇÃO

Adotar providências com vistas aumentar os índices de operacionalização da rede VSAT, de forma a cumprir as metas estabelecidas, atentando para as recomendações/conclusões do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 98, de 11 de setembro de 2007.

CISEI/PR
12 0
PUBNCA

Esclarecer as divergências referentes à quantidade de VSATs sob a responsabilidade do CTO/Belém, bem como a diferença no número de VSATs instaladas apuradas pela equipe de auditoria em relação ao contido no Anexo A - Diagnóstico Operacional, página 6, da Nota Técnica do Grupo de Trabalho.

34. INFORMAÇÃO

Embora os dirigentes do órgão tenham enfatizado que o sistema de VSATs não foi concebido para atender a comunidade, os projetos desenvolvidos pelos CTOs vêm atingindo de forma indireta as comunidades ribeirinhas, indígenas e as comunidades em pontos remotos de fronteira.

Tanto é que a equipe de auditoria pôde presenciar por duas vezes a valiosa utilização do sistema VSAT nestes casos: o primeiro momento foi no CTO/PV, onde fizemos uso de um terminal VSAT para entrar em contato com o Destacamento Militar de Fronteira de Casalvasco em Cáceres/MT, para verificar a amplitude da utilização do sistema. Fomos atendidos por um militar de serviço, que relatou a grande utilidade do sistema, tendo em vista que naquele Pelotão de Fronteira não existia qualquer outro meio de comunicação. Relatou que o uso da VSAT era imprescindível para as 20 famílias de militares que ficam isoladas durante 2 anos naquele local. Relatou, também, que poderia ligar para o CTO/PV, através da VSAT, e este por sua vez realiza uma ligação através de uma linha normal telefônica e conecta as duas ligações, fazendo um enlace na comunicação.

Nesse mesmo contato, o militar de serviço, na oportunidade, aproveitou para fazer uma reclamação sobre a falta de pessoal no CTO/PV que pudesse fazer esse enlace, já que deve ser feito manualmente. Reclamou, também, que fôra mal atendido em algumas ocasiões e pedia providências.

Em outro momento, no CTO/MN, no setor de Atendimento ao Usuário – ATU, presenciamos os trabalhos desenvolvidos pelo setor. No CTO/MN havia duas servidoras que faziam o enlace entre VSATs e linha telefônica comum. Constatamos o uso por uma base da Polícia Federal, perto de Tabatinga/AM, solicitando um enlace para o plantão da Superintendência da Polícia Federal.

Além disso, durante o período em que a equipe de auditoria esteve no CTO/MN foi realizada uma fonoconferência com representantes de uma comunidade indígena de Roraima e de três comunidades do Amazonas, incluindo o Vale do Javari. Todas as comunidades participantes eram isoladas. O Objetivo da fonoconferência foi resgatar o contato com o Centro de Informações Toxicológicas do Amazonas (CIT) e estabelecer o acesso ao serviço Disque Intoxicação. Tal contato entre elas e o CIT somente pôde ser viabilizado por meio de telefones instalados pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) nas aldeias. Somente foi possível tal reunião, pela existência das VSATs. As comunidades poderão ligar para o CTO/MN e este fará o enlace com o Disque Intoxicação e poderá auxiliar em casos emergenciais de picadas de insetos peçonhentos.

Não funcionamento a contento do Sistema de Monitoramento Aéreo

Foi constatado pela equipe de auditoria, durante a inspeção “in loco” aos CTOs de Porto Velho, Manaus e Belém, que o sistema de monitoramento aéreo, responsável por detectar, localizar, identificar, classificar, analisar e difundir dados e informações acerca de atividades irregulares na Amazônia Legal, não está funcionando plenamente, devido, principalmente, a insuficiência de pessoal para a operacionalização do sistema.

Para os CTOs de Porto Velho, Manaus e Belém, por meio das SAs nºs 04/2008, 13/2008 e 15/2008, foi solicitado informações relativas aos motivos da subutilização do Sistema de Monitoramento Aéreo, vinculado às operações de combate a atos ilícitos, tais como: sobrevôos e pousos irregulares.

O CTO/PV esclareceu, entre outros pontos, o seguinte:

“A gestão atual do CENSIPAM vem priorizando o incremento da atuação da instituição na área de inteligência. Neste sentido foram criadas no CCG e em cada um dos CTO's Coordenações de Inteligência. Além disso, tem sido feita uma aproximação institucional muito forte com a Polícia Federal, principal cliente desta parte do sistema, especialmente com a Coordenação Especial de Fronteira (COESF).

Especificamente em relação ao GPIS está programada a realização de capacitação de pessoal em abril de 2008, o que deverá promover uma melhoria de performance dos servidores que atuam na área, bem como um incremento significativo nos serviços prestados.”

Em resposta à SA nº 13/2008, o CTO/MN pronunciou-se da seguinte forma:

“A Coordenação de Inteligência possui 10 analistas que integram as informações de movimento aéreo para apoio a demandas específicas de combate a ilícitos na região Amazônica.

Os registros de movimento aéreo armazenados no Banco de Dados, permitindo a análise de séries históricas, não necessitando do acompanhamento em tempo real para a geração de relatórios, exceto quando a demanda de órgãos assim o exige.”

Por último, o CTO/BE prestou a seguinte informação:

“Vale ressaltar, que o tema de maior interesse gerado pelo GPIS é o movimento aéreo desconhecido, cujo alcance está restrito ao raio de alcance dos radares primários. Estes radares deixam de cobrir áreas de interesse estratégico para esse fim, tais como a fronteira internacional ao norte do CTO-Belém e a região conhecida como Terra do Meio, no Pará. Nessas áreas há apenas cobertura de radares secundários, que só captam sinais de aeronaves com o equipamento transponder ativado.


Alguns aspectos poderiam ser considerados como geradores da subutilização do sistema de monitoramento aéreo, porém a Administração do SIPAM, sensível a situação, têm envidado esforços no sentido de sanar possíveis deficiências, quais sejam:

a) alocação de pessoal com qualificação específica para a atuação nessa área. Em 10.03.2008, foi nomeado o servidor Francisco Santos, especialista em controle de vãos, para atuar na DTER do CTO-Belém;

b) estão programadas capacitação com instrutores especializados para os três Centros Técnicos, sendo que já no dia 31.03.2008, será iniciada a capacitação dos servidores já lotados no CTO-Belém;

c) estão sendo adotadas providências para revitalização de todos sensores, radares e aeronaves do sensoriamento remoto;

d) após a up grade realizada pelo CINDACTA IV, em Manaus/AM, o sistema voltou a operar normalmente.”



Assim, verifica-se que a situação de insuficiência de pessoal é reconhecida pelo Censipam, visto que os CTOs de Belém e Porto Velho informam a adoção de medidas visando a alocação e qualificação de pessoal. Além disso, o CTO/BE deixa claro que “alguns aspectos poderiam ser considerados como geradores da subutilização do sistema de monitoramento aéreo”.(gn)

Frise-se o fato apontado pelo CTO/BE relativamente aos radares: “estes radares deixam de cobrir áreas de interesse estratégico para esse fim, tais como a fronteira internacional ao norte do CTO-Belém e a região conhecida como Terra do Meio, no Pará. Nessas áreas há apenas cobertura de radares secundários.”.O fato de não existir nestes locais radares primários incapacita o CTO/BE de monitorar aeronaves que estejam sobrevoando o espaço aéreo com o *transponder* desligado.

Desse modo, verifica-se que o sistema de monitoramento aéreo não vem funcionando de maneira plena, devido à falta de servidores capacitados. Nesse sentido, o Censipam informar que irá adotar medidas com vistas à alocação de pessoal com qualificação específica para atuar nessa área e a revitalização de sensores, radares e aeronaves de sensoriamento remoto.

RECOMENDAÇÃO

Envidar esforços com vistas à alocação de pessoal com qualificação específica para a atuação na aérea e à revitalização de sensores, radares e aeronaves de sensoriamento remoto.

36. CONSTATAÇÃO

Não realização da recarga dos extintores de incêndio do Centro Técnico e Operacional de Porto Velho, Belém e CCG/Brasília.

Verificamos que parte dos extintores portáteis (H20) do Centro Técnico e Operacional de Porto Velho encontrava-se com o prazo de recarga vencida, foi solicitado através da SA nº 04/2008 as devidas explicações, e assim se manifestou a unidade:

“A gerencia do CTO-PV enviou ao CCG os Memorandos nº 046/2007 – CTO-PV de 15/02/2007, que encaminhou relatório geral sobre a situação dos extintores alocados neste Centro e o Memorando nº 137/2007 – CTO-PV de 14/05/2007 (ANEXO III), contendo a relação de todos os extintores com prazo de validade vencido.”

Já no CTO/BE, também encontramos a mesma situação relativa à falta de recarga dos extintores de incêndio, e a resposta aos fatos apontados foi:

“A equipe de Manutenção/Administração do CTO/BE, acompanha o vencimento da validade, elabora Termo de Referência com 3 (três) propostas, cotadas no mercado local, para a contratação deste serviço e encaminhada para as providências à Diretoria de Administração e Finanças – DIRAF/CENSIPAM.”

Inclusive no CCG/Brasília, foi constatado que os extintores do Centro estavam vencidos há um mês e solicitados os devidos esclarecimentos, que foram os seguintes:

“Para a recarga dos agentes extintores dos CTOs de Belém, Manaus, Porto Velho e o CCG, fica sob responsabilidade de cada Centro fazer o levantamento, através da área de responsável pela manutenção predial e a solicitação conforme as datas de vencimento de cada recarga. Esta solicitação deve ser feita em tempo hábil e encaminhada à Diretoria de Administração e Finanças que adotará as providências necessárias para a realização dos serviços. Por tratar-se de serviços pontuais e com validade de 01 (um) ano para a recarga e 05 (cinco) anos o teste hidrostático são feitos contratos continuados.”

ANÁLISE DA EQUIPE



Quanto ao assunto, o órgão informou que os serviços de recargas dos extintores são feitos por meio de contratos continuados, o que leva a concluir que os serviços não estão sendo prestados, uma vez que não foi feita a recarga desses extintores.

Nesse contexto, importa destacar que o TCU, em situação análoga, por meio do Acórdão nº 2986/2006 - TCU - 1ª Câmara determinou, entre outros pontos, ao Centro de Extensão - Setor de Apoio Administrativo em Ilhéus/BA, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, que promovesse a recarga de extintores da unidade, bem como zelasse pela sua manutenção.

Convém ainda acrescentar que a NBR 5674-99 da ABNT no item "Manutenção Preventiva" estabelece que deve se obedecer a um planejamento de atividades e às especificações dos equipamentos, designando serviços especializados de acordo com a natureza e a época da manutenção, quanto a inspeção, testes e recargas de extintores.

RECOMENDAÇÃO

Promover em tempo hábil a recarga de extintores da Unidade.

37. CONSTATAÇÃO

ESPAÇOS SEM DESTINAÇÃO NOS CTOs DE PORTO VELHO e MANAUS

Da inspeção "in loco" no CTO/PV, a equipe de auditoria constatou a existência de diversas salas sem utilização. Por meio da SA nº 04/2008, solicitamos informações ao CTO/PV a respeito da destinação de tais salas, obtendo a seguinte resposta:

"... as salas destinadas aos órgãos parceiros totalizam 10 (dez) salas, sendo que 5(cinco) estão sendo utilizadas pelas seguintes instituições: Batalhão de Polícia Ambiental/RO, Corpo de Bombeiros/RO, IBAMA/RO, IBGE/RO, e pelo setor de inteligência da Policial Civil do Estado de Rondônia, que possuem atividades conjuntas com este Centro, porém a frequência de utilização é definida por cada instituição parceira."

No que se refere ao CTO/MN, a equipe de auditoria verificou que os dois blocos do Centro de Apoio Logístico (CAL) seguiam sem utilização, sendo que um dos blocos estava sendo utilizado apenas parcialmente. Na mesma ocasião, verificamos a realização de visita dos dirigentes da Superintendência Estadual Amazonas da Agência Brasileira de Inteligência para analisar as condições das instalações do CAL, visando uma possível utilização por parte daquele órgão.

No que diz respeito ao CAL, o assunto já foi objeto do Relatório de Avaliação da Gestão do ano de 2006, no qual ficou consignada a desativação do CAL pela Diretoria do Censipam em função das razões ali explicitadas. Na ocasião, foi informado pelo órgão que estava em debate uma definição interna para o aproveitamento do prédio do CAL que, pela estrutura e pela antiga utilização, estaria apto a atender a área técnica.

RECOMENDAÇÃO

Adotar medidas visando ao reaproveitamento do prédio do CAL, tendo em vista os custos advindos da manutenção predial, energia e segurança.

